

# **Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e Seu Entorno**



# Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e Seu Entorno

ORGANIZADORES :

*Renata Lèbre La Rovere*

*Mauro Osorio da Silva*



## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO E SEU ENTORNO

Copyright © 2010

**Todos os direitos são reservados, no Brasil por:**  
Renata Lèbre La Rovere e Mauro Osorio da Silva



Os AUTORES responsabilizam-se inteiramente pela originalidade e integridade do conteúdo desta OBRA, bem como isentam a EDITORA de qualquer obrigação judicial decorrente da violação de direitos autorais ou direitos de imagem nela contida e, declaram, sob as penas da Lei, ser de sua única e exclusiva autoria.

### PoD Editora

Rua do Catete, 90 / 202 • Catete – Rio de Janeiro  
Tel. 21 2236-0844 • [www.podeditora.com.br](http://www.podeditora.com.br)  
[atendimento@podeditora.com.br](mailto:atendimento@podeditora.com.br)

### Copydesk:

*Paloma Roriz Espinola*

### Confecção de mapas:

*Andreia Teixeira Silva*

### Diagramação, Impressão e Acabamento:

*Control C – Impressos sob Demanda*

Nenhuma parte desta publicação pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico, fotocópia, gravação, nem apropriada ou estocada em banco de dados sem a expressa autorização dos autores.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D486

Desenvolvimento econômico local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e seu entorno / organizadores, Renata Lèbre La Rovere, Mauro Osório da Silva. - Rio de Janeiro :

PoD, 2010. 252p  
il., mapas

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-62331-32-9

1. Oeste, Zona (Rio de Janeiro, RJ) - Condições econômicas. 2. Oeste, Zona (Rio de Janeiro, RJ) - Condições sociais. 3. Desenvolvimento econômico - Oeste, Zona (Rio de Janeiro, RJ). 4. Planejamento regional - Oeste, Zona (Rio de Janeiro, RJ). 5. Indústrias - Oeste, Zona (Rio de Janeiro, RJ) I. Rovere, Renata Lèbre La, 1961-. II. Silva, Mauro Osório da.

10-2894.

CDD: 338.981531

CDU: 338.1(815.31)



22.06.10 29.06.10 019869

# Sumário

**Apresentação..... 9**

*Renata Lèbre La Rovere, Mauro Osorio da Silva*

**Capítulo 1: Desenvolvimento econômico local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu entorno: diagnóstico socioeconômico do local .....15**

*Lia Hasenclever, Rodrigo Lopes, Vitor Pimentel e Luíza Lins*

**1. Introdução 1.1.** Os desafios ao desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro **2.** Identificação da região de estudo e seus antecedentes históricos **2.1.** Campo Grande **2.2.** Santa Cruz **2.3.** Bangu **2.4.** Realengo **3.** Principais atividades econômicas locais: especialização industrial **3.1.** Especificidades e especialização da *Zona oeste* **3.2.** Perfil do emprego na *Zona oeste* **3.3.** Retrospectiva das atividades econômicas locais na ótica dos estabelecimentos e empregos: 1998, 2003 e 2006 **3.3.1.** Representatividade econômica da região de estudo e tamanho dos estabelecimentos **3.3.2.** Perfil dos empregos da região de estudo **3.4.** A atividade industrial e seus principais desafios: uma visão pela ótica fiscal **3.4.1.** Perfil das empresas da região e investimentos atuais **3.5.** A atividade comercial e os seus principais desafios **3.5.1.** Características da amostra **3.5.2.** Problemas e Soluções **3.5.2.** Problemas e Soluções **4.** Indicadores socioeconômicos e as iniciativas de governança **4.1.** Iniciativas de governança **5.** Considerações Finais.

**Capítulo 2: O Polo Metal-Mecânico: uma demanda para dinamização e modernização das empresas da Zona Oeste .....73**

*Lia Hasenclever e Eduardo Cunha.*

**1. Introdução 1.1.** Desafios das empresas locais **1.2.** Hipóteses, objetivo e estrutura do capítulo **2.** O aço inoxidável como vocação inicial do polo de metal-mecânica **2.1.** A evolução do consumo brasileiro: situação atual e perspectivas **2.2.** O mercado brasileiro de aço inox por aplicação **2.3.** O aço inox no estado do Rio de Janeiro **3.** A proposta de um centro de extensão industrial para dinamizar o polo metal-mecânico da *Zona oeste*: configuração e condições de instalação **4.** Considerações finais.

**Capítulo 3: A Zona Oeste e o comércio internacional: diagnóstico e desafios ....89**

*João Bosco Mesquita Machado*

**1.** Introdução **2.** Desempenho comercial **3.** Avaliação das entrevistas **4.** Recomendações para o aperfeiçoamento da inserção internacional da *Zona Oeste*.



**Capítulo 4: Políticas de apoio, logística e infraestrutura ..... 103**

*Luiz Martins de Melo, Vinicius Dominato*

1. Introdução 1.1. Programas de apoio direcionados para a *Zona Oeste* 2. Os impactos do Porto de Itaguaí sobre a região 3. Infraestrutura de transporte para a *Zona oeste* 4. Logística específica: alternativas viárias e estruturais para Campo Grande 5. Considerações finais.

**Capítulo 5: Diagnóstico do uso e da ocupação do solo da *Zona Oeste* ..... 121**

*Nelson Chalfun*

Apresentação 1. Introdução 2. A escolha do modo de ocupação da *Zona Oeste* 2.1. O perfil de ocupação da *Zona Oeste* 2.2. Atributos necessários para a absorção de novas firmas na *Zona Oeste* 2.3. O comportamento recente do mercado imobiliário da *Zona Oeste* 2.4. Licenças de obras concedidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro 2.5. Assentamentos Irregulares 2.5.1. Uso e ocupação ilegais 2.5.2. Uso e ocupação industrial 2.6. O Sistema viário 3. Legislação sobre o uso e a ocupação do solo da *Zona Oeste* 3.1. A legislação 3.1.1. O Decreto nº 322/1976 3.1.2. O Estatuto da Cidade Lei Federal nº 10.257/01 3.2. Os PEUs 3.2.1. O PEU Campo Grande 3.2.2. Análise da Legislação 4. Considerações finais.

**Capítulo 6: Segurança pública na *Zona Oeste* do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas ..... 151**

*Leonarda Musumeci*

Introdução 1. “Terra sem lei”: um panorama da violência na *Zona Oeste* 1.1. Homicídios, letalidade policial e pessoas desaparecidas 1.2. Roubos 1.3. Presença de milícia 2. Detalhamento dos indicadores de criminalidade e violência 2.1. Violência letal 2.2. Pessoas desaparecidas 2.3. Crimes contra o patrimônio 2.3.1. Roubos 2.3.1.1. Roubo de veículo 2.3.1.2. Roubo a transeunte 2.3.2. Furto de veículos 2.4. Presença de milícias 3. Considerações finais.

**Capítulo 7: Contribuições da Educação Profissional para fomentar o desenvolvimento da *Zona Oeste* ..... 185**

*Márcia Pimentel Machado, Márcia Cristina Pinheiro Farinazo,*

*Risomar Ferreira do Nascimento Guedes*

1. Introdução 2. Breve histórico da Educação Profissional e seu reflexo sobre o desenvolvimento social e econômico 2.1. A Educação Profissional no contexto legislacional 2.2. Articulação da Educação Profissional com a Educação Básica 2.3. Integrar a Educação Profissional e Tecnológica ao mundo do trabalho 3. Cursos técnicos de nível médio e cursos de nível superior oferecidos na região Oeste do Município do Rio de Janeiro e sua relação com o contexto econômico local 3.1. Cursos técnicos de nível médio 3.2. Cursos de nível superior 4. Contribuição da Educação Profissional à expansão do desenvolvimento industrial e do Polo Metal-Mecânico na *Zona oeste* do Município do Rio de Janeiro 5. Considerações finais.

<b>Capítulo 8: Questões de Governança da Zona Oeste do Rio de Janeiro .....</b>	<b>205</b>
<i>Gerardo Silva e Giuseppe Cocco</i>	
<b>1. Introdução 2. Sobre os grandes empreendimentos industriais, o escasso planejamento territorial e a pouca mobilização social na Zona oeste do Rio de Janeiro 3. Porque não considerar a alternativa de constituir uma Câmara de Desenvolvimento da Zona oeste do Rio de Janeiro?</b>	
<b>À guisa de conclusão: propostas para uma agenda de desenvolvimento .....</b>	<b>225</b>
<i>Mauro Osorio da Silva, Renata Lèbre La Rovere</i>	
<b>Introdução 1. Resultados da discussão dos grupos de trabalho 2. Agenda de ações 3. Considerações finais.</b>	
<b>Índice de Figuras, Gráficos, Quadros e Tabelas .....</b>	<b>241</b>
<b>Referências bibliográficas. ....</b>	<b>245</b>





# Apresentação

## *Contextualização do tema*

O processo de desenvolvimento no Brasil, nas últimas duas décadas do século XX, foi marcado pela opção de abandonar um modelo de desenvolvimento coordenado em prol do fortalecimento das forças de mercado, vistas à época como suficientemente dinâmicas para liderar e impulsionar este processo. Por conta de tal opção, o investimento público em infraestrutura foi praticamente paralisado, restando aos estados e às municipalidades atuar como agentes autônomos na tentativa de usar as isenções do imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS como base de suas políticas para atração dos poucos investimentos privados em curso, levando a uma verdadeira guerra fiscal.

No caso do Rio de Janeiro, tanto o estado quanto a cidade apresentaram neste período uma trajetória bastante abaixo da média nacional. Entre 1970 e 2006, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a cidade e o estado apresentaram uma perda de participação no PIB nacional de respectivamente 62,5% e 31,1%.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, quando se analisa a série mais longa disponível com a mesma metodologia, verifica-se que entre 1985 e 2007 o estado do Rio de Janeiro é a unidade da federação onde o emprego formal menos cresce. Nesse período ocorre um crescimento no estado do Rio de Janeiro de 37,1%, contra um crescimento no estado de São Paulo de 64,0%, em Minas Gerais de 119,8% e no país de 83,5%.

Da mesma forma, a cidade do Rio de Janeiro apresenta uma evolução do emprego formal, entre 1985 e 2007, de apenas 11,4%, contra um crescimento na cidade de São Paulo de 31,7%, na cidade de Belo Horizonte de 68,9%, e que é o menor entre todas as capitais brasileiras.

Entretanto, várias iniciativas governamentais e locais têm procurado alterar esta realidade com o objetivo de mudar o quadro desfavorável ao desenvolvimento industrial. Entre tais iniciativas, estaremos iluminando o caso da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, principalmente as iniciativas situadas no espaço geográfico formado pelas regiões administrativas de Bangu, Campo Grande e de Santa Cruz. Esta região, doravante grafada como *Zona Oeste* para distingui-la da Zona Oeste, que também inclui as regiões administrativas de Guaratiba, Jacarepaguá e Barra da Tijuca, conta com um total de aproximadamente 380 km<sup>2</sup> – cerca de 30% da área da cidade do Rio de Janeiro – e uma população de 1,5 milhão de pessoas, apresenta facilidades de infraestrutura e disponibilidade de terrenos adequados às atividades produtivas, além de economias de aglomeração em razão das indústrias

nelas instaladas. Na região, encontram-se localizados os distritos industriais de Campo Grande, Palmares, Paciência e Santa Cruz, implantados pelo Estado em áreas de uso estritamente industrial do ponto de vista do Zoneamento Ambiental, onde 130 empresas de médio e grande porte estão operando, destacando-se a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA, do grupo ThyssenKrupp), a Gerdau, a Fábrica Carioca de Catalisadores, a Casa da Moeda do Brasil e a Panamericana, dentre outras.

No momento, novos investimentos de porte estão sendo implementados na região em áreas adjacentes por empresas nacionais e multinacionais, como a CSA, voltadas para a exportação, sendo motivadas a se instalarem pela existência, no município vizinho de Itaguaí, do Porto de Sepetiba, e pelo programa de incentivos fiscais criados pelo governo do Estado. Além disso, a *Zona Oeste* possui uma população adulta com uma taxa de alfabetização de 95%, e conta com várias instituições de ensino técnico, profissional e superior, além de instalações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Vale lembrar que a *Zona Oeste* é a região de maior densidade industrial da cidade do Rio de Janeiro, ainda que a mesma ao longo dos últimos decênios venha cada vez mais agregando serviços à sua estrutura produtiva. As vantagens potenciais de localização da região e dos municípios do seu entorno geográfico podem se ampliar e até mesmo se consolidar caso se atraia um conjunto de empresas para desenvolver um polo de metal-mecânica na região, aproveitando a especialização produtiva das empresas já localizadas. Devemos lembrar, ainda, que a região pode vir a se beneficiar da construção do Arco Metropolitano, desde que adequadas estratégias de fomento ao desenvolvimento econômico e social sejam constituídas. Esperamos que este trabalho seja uma contribuição.

### *Reflexões sobre desenvolvimento local*

É conveniente precisar o que está se entendendo pelo conceito de “desenvolvimento local” e apresentar os avanços, assim como os limites, que nos parecem fixar o estado das artes de conhecimento que se pode esperar desta abordagem.

Os autores deste livro percebem claramente os limites da utilização de tal conceito para a promoção efetiva do desenvolvimento econômico local. Sabe-se que a escala macro – política, econômica, entre outras – é ainda fortemente determinante sobre as situações de desenvolvimento localizadas. Eles estão conscientes da importância das regras e dos fatores que, no plano nacional, condicionam as atividades e os resultados econômicos, mesmo os mais geograficamente delimitados: a fixação dos salários mínimos, o regime de concorrência, a organização dos mercados, os níveis da taxa de juros e do câmbio são alguns exemplos que mostram a influência nítida das condições macroeconômicas sobre os comportamentos e sobre os resultados locais.

No entanto, é importante ressaltar dois fenômenos que tendem a emprestar à escala local uma importância nova. De um lado, é a acentuação do processo de globalização das economias – entendido aqui como a expansão mundial das formas mercantis e a interdependência crescente dos diferentes mercados – que

tende a relativizar o nível nacional-estatal das economias e, paradoxalmente, a reaproximar as escalas globais e locais colocando em concorrência os territórios locais da produção. Do outro, o processo de descentralização administrativa e política deu às coletividades locais – os municípios – meios, competências jurídicas e, finalmente, responsabilidades importantes em matéria de desenvolvimento local.

O resultado duplo desse processo é bastante claro: mesmo que as regras, os princípios, os fatores e os meios que condicionam as atividades econômicas possam ser mais ou menos os mesmos de um lugar para outro no quadro nacional, é necessário constatar que as situações locais, em termos de desempenho, de resultado, de crescimento econômico, por exemplo, podem ser sensivelmente diferentes e não ser explicadas por dotações de fatores naturais particulares ou por recursos específicos. A combinação dinâmica dos diferentes fatores analisados pelo projeto pode explicar estas variações, não restando dúvida que a escala macroeconômica esclarece a convergência de algumas de suas características.

A noção de desenvolvimento local adquire sentido neste contexto e dentro desses limites. Ela é raramente definida pela literatura especializada ainda que figure como objeto central de numerosos novos programas de pesquisa. Ela integra várias dimensões, espaciais, econômicas, sociais, culturais e políticas que, através de seu conjunto dinâmico, podem produzir uma prosperidade sólida e durável que não se reduz a somente a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do município. A intensificação das economias de aglomeração, a ancoragem física das empresas, a realização de programas de criação de emprego e renda, o apoio à modernização do tecido empresarial, os esforços produzidos para elevar o nível de qualificações e de competências e as ações facilitando a incorporação e a difusão das inovações, a construção do território por um conjunto de organizações e de serviços, o acionamento de uma governança associando as esferas públicas e privadas, a criação de instrumentos institucionais visando adaptar as mudanças e antecipar os problemas e os desafios, figuram entre os componentes do possível e do desejável desenvolvimento local.

Para possibilitar este processo de desenvolvimento de forma sustentável, há que se recuperar a capacidade de investimento público em infraestrutura e recriar mecanismos mínimos de regulação e governança capazes de induzir os investimentos privados. Além disso, é necessário desvendar que conjunto de setores exerce dominância e quais os outros que lhe são subordinados. No caso, pensar no conjunto de setores para as áreas metropolitanas é mais complexo porque envolve uma mistura de atividades industriais e de serviços que dificulta a ideia de polarização do desenvolvimento nessas áreas, como é o caso da *Zona Oeste*. Na região, o tipo de atividade na área de serviços predominantes são os serviços de baixa qualidade e com poucos efeitos de encadeamento industrial e efeitos polarizadores do desenvolvimento local.

Cabe também analisar se a região está em uma trajetória de crescimento ou de estagnação e compreender as suas causas. Observa-se que a *Zona Oeste* constituiu-se hoje em uma área de expansão populacional e com importante possibilida-



de de ampliação do emprego e renda, devido a uma série de fatores. O fato da região ter se apresentado nas últimas eleições como uma força política capaz de definir o novo prefeito da cidade, os grandes investimentos industriais já em curso ou previstos – seja na própria *Zona Oeste*, seja no município de Itaguaí, que pode apresentar forte integração com a região –, a atração de investimentos imobiliários e sua localização estratégica para os fluxos de carga logística a colocam em destaque.

É importante deixar claro que a expansão da *Zona Oeste* não é independente da substância do conjunto de atividades e da dinâmica da população locais, ambas se retroalimentando pela dinâmica econômica, ainda que os investimentos industriais e em logística sejam, por sua natureza, de iniciativa federal e estadual. A definição de uma agenda de desenvolvimento passa, assim, pela proposição de políticas de identificação dos setores motrizes da dinâmica econômica local e das possibilidades de complementaridade entre empresas locais e empresas de fora da região, como também das grandes empresas com redes de fornecedores locais. Devem também ser pensadas ações de modernização das funções econômicas da coordenação local dos investimentos públicos (prefeitura e subprefeitura), e de concatenação dos investimentos de infraestrutura e logística a nível federal com os interesses locais.

### *Estrutura do livro*

Este livro apresenta os principais resultados de um projeto de pesquisa, financiado pela FAPERJ, que teve por objetivo realizar um diagnóstico das atividades econômicas locais da *Zona Oeste* e, com isso, propor uma agenda de desenvolvimento para a região. A agenda foi construída em conjunto com representantes da sociedade civil organizada, que participaram de um *workshop* onde foram apresentados os resultados dos estudos qualitativos e quantitativos realizados pelos autores.

Os estudos que compõem o livro partem do entendimento de que o processo de desenvolvimento local é multifacetado e interativo e se debruçam sobre seus diversos aspectos. No primeiro capítulo, elaborado por Lia Hasenclever, Rodrigo Lopes, Vítor Pimentel e Luiza Lins, são apresentados os principais indicadores econômicos e sociais da *Zona Oeste* e os desafios ao desenvolvimento da região, identificados na pesquisa de campo. No segundo capítulo, elaborado por Lia Hasenclever e Eduardo Cunha, são discutidas as condições de implantação de um polo metal-mecânico na *Zona Oeste*, que aproveitaria vocações identificadas pelo diagnóstico na região. Em seguida, João Bosco Machado discute, no terceiro capítulo, as condições de melhoria da inserção da região no comércio exterior. O quarto capítulo, elaborado por Luiz Martins de Melo e Vinicius Dominato, mostra as políticas de apoio ao desenvolvimento da região e os desafios que as condições de logística e infraestrutura apresentam à região. O quinto capítulo, de autoria de Nelson Chalfun, analisa o processo de uso e ocupação do solo da *Zona Oeste*. Leonarda Musumeci analisa, no sexto capítulo, as condições de segurança pública da região; e Márcia Machado, Márcia Farinazo e Risomar Guedes descrevem, no

sétimo capítulo, a infraestrutura de ensino técnico e profissional. Gerardo Silva e Giuseppe Cocco fazem uma análise das condições de governança da *Zona Oeste* no oitavo capítulo. Finalmente, Mauro Osorio da Silva e Renata Lèbre La Rovere apresentam uma agenda para o desenvolvimento da *Zona Oeste*, a partir da síntese das ações propostas pelos estudos que embasam os capítulos. Além dos estudos aqui apresentados, o *CD-Rom* anexo à contracapa contém mapas da região elaborados por Andréa Teixeira Silva, que sintetizam informações discutidas nos diversos textos do livro.

### *Agradecimentos*

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio das lideranças empresariais locais e de pessoas interessadas no desenvolvimento da região. A equipe de pesquisa agradece a Peri Cozer Olhovetchi, por tê-la instigado a estudar a região e pelo constante apoio durante a realização dos estudos. Agradecimentos também devem ser feitos a Moacir Bastos, Guilherme Eisenlohr, Wagner Ferreira e José J. Jacques, pelo apoio e interesse na realização dos estudos e a Marcelo Guimarães e Verônica Coutinho, pela mobilização das pessoas da região para as reuniões de trabalho do projeto de pesquisa. A equipe de pesquisa agradece aos 80 participantes do workshop realizado em maio de 2009 em Campo Grande, por suas idéias e interesse no desenvolvimento da região. Agradecimentos também devem ser feitos ao Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, pela cessão dos microdados que viabilizaram a realização do estudo sobre segurança. Finalmente, o apoio da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz e Adjacências (AEDIN), Associação Comercial e Empresarial da Região de Bangu (ACERB), Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) e Associação Comercial e Industrial de Realengo (ACIRA) foi fundamental para o diálogo dos pesquisadores com as empresas da região.

*Renata Lèbre La Rovere,  
Mauro Osorio da Silva*



# Capítulo 1:

## Desenvolvimento econômico local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu entorno: diagnóstico socioeconômico do local

*Lia Hasenclever,<sup>1</sup> Rodrigo Lopes,<sup>2</sup> Vitor Pimentel<sup>3</sup> e Luíza Lins<sup>3</sup>*

### 1. Introdução

O estado do Rio de Janeiro (ERJ) corresponde a cerca de 0,5% do território nacional e tem uma população superior a 14 milhões de habitantes (8,6% da população brasileira), o que lhe confere a colocação do Estado de maior densidade demográfica, com 315 habitantes por quilômetro quadrado.

As tendências do desenvolvimento da atividade econômica do ERJ estão em consonância com as evoluções da conjuntura macro do país, mas esboçam trajetórias que são naturalmente ligadas à sua própria história e enfrenta problemas que são específicos à sua estrutura produtiva. Sabe-se, sobretudo via Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que a contribuição do setor industrial nacional na formação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tendeu a decrescer sensivelmente: essa parcela passou, entre 1990 e 1998, de 38,7% a 34%, ou seja, uma queda de 12% em oito anos. O fenômeno se traduziu em nítidas modificações na organização espacial da produção industrial, no período mais recente, como será visto adiante.

Os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, pilares do setor secundário brasileiro, perderam peso no conjunto nacional, com quedas respectivas de 50% e 40% no longo período de 1970-1997. O estado fluminense, que realizava 15,6% da produção industrial brasileira em 1970, vê sua participação cair para 7,8% em 1997. Esta queda de participação relativa atinge as três grandes categorias de bens (bens de consumo, bens intermediários e bens duráveis). Observa-se, ainda, a queda da contribuição do ERJ ao PIB brasileiro em todas as suas componentes,

---

<sup>1</sup> Professora do IE/UFRJ.

<sup>2</sup> Mestrando do PPEd/IE/UFRJ e assistente de pesquisa do Grupo de Economia da Inovação – IE/UFRJ.

<sup>3</sup> Bolsistas PIBIC – IE/UFRJ.



da ordem de 29% no mesmo período (passa de 16,1% para 11,4%). Tudo isso sublinha a amplitude das modificações observadas no aparelho industrial do ERJ e em seu entorno.<sup>4</sup>

Esta perda relativa da região Sudeste, progressiva, mas inexorável, diz respeito, em primeiro lugar, ao estado de São Paulo que continua a liderar as atividades econômicas entre os estados da federação, porém cuja participação no PIB caiu de 36,1%, em 1985, para 31%, em 2004. Apesar do peso estrutural da economia paulista e de seu crescimento em termos absolutos, nota-se que a perda relativa de sua posição é constante depois de 1988, quando o estado produziu 38,1% do PIB brasileiro. Isso mostra que o fenômeno de recomposição espacial das atividades econômicas é definitivo e que resulta de modificações de fatores de ordem estrutural. A posição relativa das outras unidades federativas da região Sudeste – Minas Gerais e Espírito Santo – parece ter se estabilizado durante o mesmo período (1985-2004), em torno de pouco menos de 9,5% e 2%, respectivamente.

### **1.1 Os desafios ao desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro<sup>5</sup>**

A exploração dos dados do IBGE<sup>6</sup> permite dizer que de 1985 a 2004 a parte relativa do ERJ na criação da riqueza nacional parece, à primeira vista, relativamente estável, tendo passado de 12,7% a 12,6% do PIB em 19 anos.<sup>7</sup> Porém, essa visão é enganosa. Inicialmente, é preciso lembrar que em 1970 o ERJ produzia 16,1% do PIB brasileiro. Por outro lado, é importante sublinhar que o ERJ foi o estado da federação que apresentou o crescimento mais lento entre 1985 e 2001: quando a taxa média de crescimento era de 4,9% para o Brasil, ela foi apenas de 2,7% para o ERJ. A situação passa a ser um pouco melhor no período 1994-2003, quando o Estado cresce a uma taxa média de 3,3% e o Brasil a uma taxa de 2,3%.

De fato, o período 1985-2004, para o estado do Rio de Janeiro, pode ser caracterizado por dois períodos distintos. O primeiro, de 1985 a 1998, foi marcado por uma crise da economia fluminense e uma perda gradativa de seu dinamismo, conforme já apresentado. A partir de 1998, assiste-se à recuperação das atividades, devida, principalmente, a uma forte aceleração da cadeia petrolífera. A posição relativa do Estado na formação do PIB brasileiro ilustra perfeitamente essas tendências: em 1998, a contribuição fluminense para a riqueza nacional era de 11%, tendo ultrapassado os 12% após este ano. Contudo, a recuperação é frágil:

<sup>4</sup> A interpretação do conjunto destas evoluções foi analisada por vários autores. Ver Pacheco (1999), Diniz (2000), Maciel (2003) e Saboia (2001), por exemplo, para um maior detalhamento.

<sup>5</sup> Seção construída a partir de análise realizada por Fauré e Hasenclever (2005) e aqui atualizada.

<sup>6</sup> Os dados analisados do IBGE não dizem respeito à nova metodologia de cálculo do PIB que foi criada em 2007, mas trabalha com os dados de PIB anteriores. Optou-se por utilizar a metodologia antiga para a realização desta contextualização devido ao interesse de se trabalhar com uma série mais longa. A nova metodologia restringiu-se a uma série de dados entre 2002 e 2006. Outros trabalhos da equipe procurarão analisar as implicações recentes das novas estatísticas no município do Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> É importante destacar que as estatísticas do IBGE sobre o estado do Rio de Janeiro não levam em conta desde há alguns anos a produção do setor naval, que está, desde os anos 2000, em processo de revitalização, e subestimam a contribuição do setor têxtil/confeccões, subestimações estas que já foram reconhecidas publicamente pelo IBGE e pela Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).



por um lado, repousa essencialmente sobre um setor – o petróleo – e, por outro, alguns Estados e regiões do país obtêm melhores desempenhos e melhores resultados em outros numerosos setores de atividade. Decorrente desta dinâmica diferenciada, no conjunto do país, pode-se dizer que somente a retomada das atividades fluminenses em si não é suficiente para que o Estado retorne à sua posição relativa dos anos 1970 ou mesmo da metade dos anos 1980.

É importante registrar, rapidamente, que em termos de renda per capita o Rio de Janeiro continua a ter uma posição boa (R\$ 14.639,00), que o coloca somente atrás do Distrito Federal (R\$ 19.071,00) e um pouco acima do estado de São Paulo (R\$13.725,00), em 2004. Como se sabe, o poder de compra real deve ser levado em conta na análise dos fatores de crescimento.

Se examinarmos a participação fluminense no PIB brasileiro, em função dos componentes setoriais, pode-se sublinhar que o setor de indústria de transformação, assim como outros setores, perdeu posição relativa entre 1985 e 2004: agropecuária, serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, água e gás), construção civil, comércio, atividades de alojamento e alimentação, transportes e armazenagem, comunicações, intermediação financeira, imobiliária e prestações de serviços às empresas. Estas numerosas perdas setoriais mostram que o declínio relativo do estado fluminense é bastante generalizado e apresenta-se em quase todos os setores das atividades econômicas. Deve-se notar, sobretudo, o desenvolvimento da indústria extrativa mineral, com o espetacular crescimento da cadeia do petróleo, que representava, em 2004, 78% dessa indústria à escala nacional.

No período 2001-2004, observa-se que entre os estados da federação brasileira apenas a Bahia apresentou aumento de sua participação relativa maior que um ponto percentual no PIB do setor da indústria de transformação. Os estados do Rio de Janeiro e do Paraná registraram queda de 1,5 pontos percentuais, enquanto os demais estados ficaram próximos à estabilidade.

No entanto, a abordagem comparativa da participação relativa do setor industrial entre os estados não é suficiente. É também necessário observar as demais evoluções setoriais fluminenses em absoluto e em comparação com a dos outros estados. Esta leitura dos dados estatísticos oferece um panorama um pouco diferente, complementar e mostra dinamismos variados. Dois setores se destacam pelo crescimento espetacular: a indústria extrativa (cujo coeficiente foi multiplicado por 3,71 de 1985 a 2004) e as comunicações (x 3,67). Os demais setores em crescimento apresentam um menor dinamismo (outros serviços coletivos: x 1,59; imobiliário e serviços às empresas: x 1,46; alojamento e alimentação: x 1,45; agropecuária: x 1,37). Constata-se, ao contrário, um declínio da indústria de transformação, passando do índice 100 em 1985 ao índice 94,2 em 2004. Mas não se trata de um fenômeno tipicamente fluminense já que, neste setor, o estado praticamente manteve a sua posição em relação ao país entre 1985 e 2004.

Em resumo, percebem-se três tendências marcantes a partir do exame dessas estatísticas. Inicialmente, o declínio da economia fluminense é bastante geral pelo fato de ser observado em vários setores de atividades. Em seguida, nota-se que a

causa essencial da menor deterioração do Estado está associada ao setor do petróleo que é responsável por mais de 60% da nova retomada estadual, constatada depois de 1998. Enfim, como a economia fluminense faz parte do conjunto nacional, as dinâmicas estaduais de certos setores podem ser importantes, mas não são suficientes. Emblemático, sob tal aspecto, é o caso do setor de comunicações, no qual o índice apontando o crescimento no estado elevou-se fortemente, passando de 100 a 367 em 19 anos. Porém o crescimento à escala estadual foi ultrapassado em outros estados da federação, já que a contribuição fluminense no setor, no conjunto nacional, caiu de 28,3% para 10,8% durante o período 1985-2004.

Em relação à indústria do município do Rio de Janeiro (MRJ), tomando-se as variáveis da Pesquisa Industrial Anual (PIA) e da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), no período de 1996-2005, observou-se que o setor secundário perdeu peso na indústria brasileira seguindo a tendência apontada por vários autores de desconcentração da indústria das metrópoles para as cidades médias. A partir de 1998, nota-se uma retomada do crescimento da indústria do ERJ, embora tenha sido mais intensa no interior do que no município. De fato, o movimento de retomada da indústria do ERJ a partir de 1998 não foi capaz de reverter a tendência de queda da economia do MRJ.

Duas causas podem ser apontadas para explicar o desempenho econômico negativo: o pequeno número de setores industriais do MRJ que apresentaram taxas positivas de crescimento no período, e a não importância do setor extrativo do petróleo no MRJ, setor que explica essencialmente a retomada do crescimento no ERJ.

Quanto à evolução e participação relativa dos setores na economia do MRJ, não se registrou mudanças substantivas. Com efeito, os seis setores que apresentaram evoluções positivas no período, em termos de algumas das variáveis analisadas na PIA, são: os setores de extração de petróleo e produtos correlatos; têxtil; refino de petróleo e produção de álcool; montagem de veículos automotores; outros equipamentos de transporte; e reciclagem.

Da mesma forma, a participação relativa dos setores alterou-se muito pouco no período, apresentando um movimento geral de ligeira desconcentração da indústria de transformação e uma possível diversificação da mesma em direção aos setores que apresentaram taxas de crescimento positivas no período. Percebeu-se também uma redução generalizada do tamanho das empresas e da produção física no período. Os setores que mais se destacam na indústria carioca, tanto em termos de emprego, quanto em termos de resultados monetários (receita líquida de vendas, valor bruto da produção e valor de transformação industrial), são: os setores de fabricação de produtos químicos; os de fabricação de produtos alimentícios e bebidas; e os de edição, impressão e reproduções. O setor de confecções também se encontra entre os quatro mais importantes geradores de emprego e o setor de borracha e plástico entre os quatro maiores geradores de resultados monetários.

A atividade comercial do MRJ, por sua vez, sofre o impacto de perda de importância da região metropolitana, retraindo-se até o ano de 1996, quando atin-

giu sua menor participação no PIB do comércio nacional pelos dados do IBGE. Tomando os dados da Pesquisa Anual do Comércio (PAC), pode-se inferir a volta do crescimento da atividade comercial, tanto no ERJ quanto no MRJ, a partir do ano de 2003, ainda que tenha sido mais vigoroso para o primeiro do que para o segundo. Mas é somente a partir de 2004 que os resultados se apresentam superiores à média do resultado observado para o período 2001-2005.

De fato, para todas as variáveis analisadas da PAC, os desempenhos, mensurados através de suas taxas de crescimento acumuladas no período 2001-2005, foram positivos e superiores a cerca de 15% para o ERJ e a cerca de 10% para o MRJ. A participação relativa do MRJ, por sua vez, apesar de ter se reduzido, apresentou perdas pouco significativas. Assim, o desempenho do município não ficou muito aquém do desempenho do estado, no que diz respeito às atividades de comércio, diferentemente do constatado para as atividades industriais. Entretanto, este desempenho positivo foi mais vigoroso em outras regiões do Brasil, não permitindo que o Rio se destacasse na atividade comercial em termos nacionais.

A fotografia desse desempenho da atividade comercial foi confirmada pelos dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). As receitas dos setores, com exceção de combustíveis e lubrificantes, cresceram no período entre 2000-2007. Em resumo, não foram registradas mudanças marcantes na participação relativa entre as divisões de comércio, apenas dinamismo diferenciado entre os grupos. A divisão de comércio mais dinâmica no período foi a do setor atacadista no que diz respeito à geração de valor (receita líquida de revenda e salários). Já no que se refere à geração de empregos, destaca-se o comércio varejista. Essas dinâmicas diferenciadas, por sua vez, estão relacionadas com a natureza dos setores e transformações ocorridas (Plano Real, introdução de tecnologias de informação e automação, e crédito).

Todas essas considerações definem o quadro de problemas encontrados atualmente pela economia do ERJ e de seu município capital e os termos de sua equação. O esvaziamento relativo de seu dinamismo industrial e as modificações impostas ao seu aparelho produtivo, ambos, são acompanhados de um processo de esgotamento do crescimento urbano da capital e de sua área metropolitana, cuja densidade gera deseconomias externas que tendem a anular os efeitos positivos da aglomeração<sup>8</sup>. Torna-se, então, imperativo, em um contexto de quase estagnação econômica e elevada concorrência, sustentar e impulsionar a atividade econômica para novos tipos de produção, novas organizações produtivas e para áreas geográficas situadas fora da zona demográfica mais importante do estado. Essa sustentação e novo impulso à atividade econômica são dependentes de políticas industriais que integrem o MRJ ao ERJ.

---

<sup>8</sup> Convém aqui lembrar que, se as taxas de crescimento das grandes cidades brasileiras foram elevadas até os anos 1950-60 – com taxas anuais situadas entre 4 e 6% elas caíram nitidamente em seguida. Esta evolução é ainda mais evidente tratando-se da área metropolitana carioca, cuja taxa de crescimento passou de 3,7%, no período 1940-70, para 2,4%, nos anos 1970-80, e para 1% na sequência 1980-91. Ao mesmo tempo, outro fenômeno importante, e que se verifica amplamente no ERJ, é que a taxa de crescimento das metrópoles brasileiras tornou-se inferior à taxa de crescimento da população urbana, o que significa a emergência de cidades de médio porte.

Várias iniciativas governamentais e locais têm procurado alterar essa realidade com o objetivo de mudar o quadro desfavorável de desenvolvimento industrial e comercial do ERJ. Entre elas iluminar-se-á o caso da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro e o seu entorno. De fato, na última década, constata-se uma expansão industrial intensa na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em função de projetos industriais em execução, mas também uma crescente renovação imobiliária. Há possibilidade de expansão da atividade industrial na região pelo fato de que os distritos industriais implantados pelo governo do Estado na região, ao dotar áreas previamente planejadas de toda infraestrutura básica à instalação de indústrias, facilita o processo de atração das indústrias para a região.

Toma-se como pressuposto que tal desenvolvimento abrangente não pode ser feito com base em uma empresa solitária. Requer uma visão sistêmica que aplique metodologias baseadas em abordagens do tipo de adensamento ou cadeias de valores, capaz de integrar estágios de produção de matérias-primas, produção de bens e serviços e consumo final e, sobretudo, uma interação intensa entre as atividades econômicas locais e as instituições provedoras de serviços e suporte ao desenvolvimento local.

Adicionalmente, pressupõe-se que quanto maior for o adensamento de cadeias produtivas formadas por indústrias inter-relacionadas através de relações de compra e venda, mas também de outras atividades correlatas de prestação de serviços e comércio locais, mais se estará desenvolvendo uma região.

O objetivo específico deste capítulo é apresentar o diagnóstico socioeconômico – a partir de elementos identificadores da região de estudo – das suas principais atividades econômicas, dos indicadores sociais e das iniciativas de governança já existentes, que possibilite uma visão geral dos principais desafios e problemas da região.

Pressupõe-se que as vantagens de localização de empresas na Zona Oeste e nos municípios do seu entorno geográfico poderiam ser ampliadas, e até mesmo consolidadas, caso se atraia um conjunto de novas empresas (nacionais e estrangeiras) que trabalhem com as principais cadeias produtivas identificadas e, concomitantemente, se desenvolva uma maior capacitação técnica dos produtos e processos das empresas locais, bem como se estimule a criação de pequenas e médias empresas especializadas na prestação de serviços de montagem e acabamento de produtos finais. Para alcançar tais propósitos de desenvolvimento local é necessário apoiar o desenvolvimento competitivo das empresas, que passa, por sua vez, pelo desenvolvimento das pessoas, do conhecimento, de processos, da incorporação de novos equipamentos e das boas condições de trabalho.

O capítulo está organizado em três seções, além desta introdução e da conclusão. A próxima seção delimita a região *Zona Oeste* para a realização do diagnóstico e descreve seus antecedentes históricos. A segunda seção faz uma análise das atividades econômicas considerando inicialmente a ótica do número de estabelecimentos e empregos. Segue-se uma abordagem da atividade industrial pela ótica fiscal e uma pesquisa de opinião sobre as atividades comerciais com usuários e empresários

locais acerca dos seus principais desafios. A última seção trata dos indicadores socioeconômicos e das iniciativas de governança já iniciadas na região.

## 2. Identificação da região de estudo e seus antecedentes históricos

A região delimitada para estudo é constituída por quatro regiões administrativas, das 34 do MRJ, todas pertencentes à Zona Oeste, uma das 11 zonas do MRJ. Ela representa cerca de 30% da área do MRJ (aproximadamente 380 km<sup>2</sup>) e tem uma população de 1,5 milhão de pessoas, apresenta facilidades de infraestrutura e disponibilidade de terrenos adequados às atividades produtivas, além de potenciais economias de aglomeração em razão das indústrias nelas já instaladas, como desenvolvido adiante.

Quadro 1.1  
**Configuração da Zona Oeste do MRJ**

	<b>Região Administrativa</b>	<b>Bairros</b>
XVI	Jacarepaguá	Anil, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, <b>Jacarepaguá</b> , Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara, Vila Valqueire
XVII	Bangu	<b>Bangu</b> , Padre Miguel, Senador Camará
XVIII	Campo Grande	<b>Campo Grande</b> , Cosmos, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Inhoaíba
XIX	Santa Cruz	Paciência, <b>Santa Cruz</b> , Sepetiba
XXIV	Barra da Tijuca	<b>Barra da Tijuca</b> , Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena
XXVI	Guaratiba	Barra de Guaratiba, <b>Guaratiba</b> , Pedra de Guaratiba
XXVII	Rocinha	<b>Rocinha</b>
XXXII	Colônia Juliano Moreira <sup>9</sup>	<b>Colônia Juliano Moreira</b>
XXXIII	Realengo	Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, <b>Realengo</b> , Vila Militar
XXXIV	Cidade de Deus	<b>Cidade de Deus</b>

**Fonte:** Instituto Pereira Passos.

A Zona Oeste é composta por 41 bairros e dez regiões administrativas, das quais quatro fazem parte da delimitação do estudo: Bangu, Campo Grande, Realengo e Santa Cruz. Cada região possui um bairro sede (em negrito no Quadro 1.1), que concentra a maior parte das atividades econômicas daquela região, e outros bairros menos relevantes. Apesar de a região delimitada para estudo ser menos abrangente do que a Zona Oeste, a denominaremos, neste trabalho, de *Zona Oeste*.

Os quatro grandes bairros que compõem a *Zona Oeste* – e tomam os mesmos nomes das regiões – têm suas origens e explorações econômicas bastante varia-

<sup>9</sup> Sua criação foi aprovada em 1996 pelo PL 446/96, mas não chegou a ir para votação, as regiões criadas depois saltaram o número 32.

das. O mais antigo deles é o bairro de Santa Cruz, fundado a partir da sesmaria criada em 30 de dezembro de 1567. Bangu e Campo Grande foram fundados bem mais tarde, em 1673. Realengo tem sua origem em 1814.

Entretanto, o desenvolvimento das atividades industriais e de outras atividades, em todos os bairros, iniciou-se no final do século XIX: Bangu em atividades têxteis, Campo Grande em atividades ferroviárias e de bondes, assim como grande produtor de laranjas e Santa Cruz como um importante entreposto de abate de bois, conforme resumo por bairros a seguir.

### **2.1.Campo Grande**

Inicialmente, o território correspondente a Campo Grande era habitado por índios Picinguaba. Segundo Fróes e Gelabert (2004), em 1569, o território passou a pertencer à grande Sesmaria de Gericinó, que foi doada a João de Bastos e a Gonçalo D'Aguiar. Desmembrada desta, pouco antes de 1670, a área foi doada pelo governo colonial a Barcelos Domingues e, em 1673, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora do Desterro, marco histórico da ocupação territorial do local.

O cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado bovino foram as primeiras atividades econômicas locais. Do final do século XVI até meados do XVIII, a ocupação territorial foi lenta, apesar do intenso trabalho dos jesuítas, realizado no território vizinho de Santa Cruz. Os religiosos deixaram obras de engenharia de vulto como estradas, pontes e inúmeros canais de captação de água para irrigação, drenagem e contenção da planície, sempre sujeita às enchentes dos rios Guandu e Itaguaí.

Durante todo o século XVIII, a ocupação territorial mais efetiva ocorreu em Santa Cruz, por causa do engenho dos jesuítas, e nas proximidades do centro de Campo Grande, cujas terras compreendem hoje as regiões de Bangu e Jacarepaguá. Essas terras eram atravessadas pela Estrada dos Jesuítas, mais tarde Estrada Real de Santa Cruz e pelas vias hidrográficas da extensa Freguesia de Irajá. Toda a área, na verdade, era uma única região, um imenso sertão pontilhado por alguns núcleos nos pontos de encontro das vias de acesso, em torno dos engenhos e nos pequenos portos fluviais.

A característica nitidamente rural levou, durante quase três séculos, à aglomeração humana restrita às proximidades das fazendas e engenhos e às pequenas vilas de pescadores, ao longo da costa. Já no final do século XVIII, a Freguesia de Campo Grande começou a prosperar. Seu desenvolvimento urbano ocorreu a partir do núcleo formado no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Desterro.

A partir da segunda metade do século XIX, a área começou a progredir com a implantação, em 1878, de uma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, em Campo Grande. O transporte ferroviário foi, então, o vetor que transformou a região tipicamente rural em urbana, ao facilitar o acesso ao centro da cidade. Em 1894, a empresa particular Companhia de Carris Urbanos ganhou a concessão para explorar a linha de bondes à tração animal, possibilitando que as localidades mais distantes fossem alcançadas, o que favoreceu o seu desenvolvimento urbano interno.

A partir de 1915, os bondes à tração animal foram substituídos pelos elétricos, permitindo maior mobilidade e integração entre os núcleos semiurbanos já

formados. O evento acentuou o adensamento do bairro central de Campo Grande e estimulou o florescimento de um intenso comércio interno, de certa forma, independente. O bairro, que historicamente já era o ponto de atração do crescimento da região, tornava-se agora sua mola propulsora adquirindo características tipicamente urbanas.

Com as crises da cultura do café, iniciadas no final do século XIX e persistindo no século seguinte até 1929, a região voltou-se para uma nova atividade: a citricultura. Desde os primeiros anos do século XX e até os anos 40, a região de Campo Grande foi considerada a grande região produtora de laranjas, o que lhe rendeu o nome de "Citrolândia". Ao lado de Realengo, Jacarepaguá e Santa Cruz, Campo Grande figurava, até 1939, entre os maiores produtores de laranja, chegando a exportar 144.557 toneladas do produto.

Durante o governo do presidente Washington Luís, na década de 1930, a Estrada Real foi incorporada à antiga Estrada Rio-São Paulo. O fato integrou Campo Grande ao tecido urbano da cidade, acentuando seu adensamento. Em 1946, a abertura da grande Avenida Brasil aproximou ainda mais a região do restante da cidade. Criada para escoar a produção das indústrias cariocas, a nova via não teve o fluxo esperado, durante a década de 1950. A criação da Rodovia Presidente Dutra, ligando o Rio a São Paulo, desviou o fluxo de mercadorias para outra direção e a região ficou estagnada, em termos de adensamento e desenvolvimento industrial.

A partir da década de 1960, surgiram os distritos industriais em Campo Grande e Santa Cruz, resultando na instalação de grandes empresas, como a siderúrgica Cosigua-Gerdau, a Michelin e a Vale-Sul, entre outras. Hoje, o comércio no bairro é autossuficiente, exercendo atração sobre outras regiões. O setor industrial também está em alta. Campo Grande possui um distrito industrial localizado no quilômetro 43 da Avenida Brasil, abrangendo ainda a Estrada do Pedregoso.

## **2.2. Santa Cruz**

A antiga terra de Piracema, ocupada até o início do século XVI por índios da Nação Tupi-Guarani, passou a ser denominada Santa Cruz, em 30 de dezembro de 1567, com a chegada dos colonizadores portugueses, tendo à frente o primeiro Ouvidor-Mor da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Cristóvão Monteiro e sua esposa, a senhora Marquesa Ferreira.

Aos padres jesuítas da Companhia de Jesus que receberam a antiga sesmaria como doação, coube a árdua tarefa da medição do latifúndio e todo o processo de beneficiamento das férteis terras, desde o final do século XVI até o ano de 1759, quando foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal. Santa Cruz foi uma das mais prósperas fazendas brasileiras, destacando-se a produção agropastoril em todo o século XVIII, onde o escravo africano contribuiu decisivamente para o sucesso do empreendimento da Companhia.

A fazenda dos jesuítas era tão importante para o governo colonial que suas terras não foram postas em leilão, após a expropriação, tendo sido incorporadas ao patrimônio oficial e depois transformadas por D. João VI em Fazenda Real de Santa Cruz, após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Com a chegada da comitiva real, a cidade do Rio de Janeiro modificou-se muito e

todas as regiões tipicamente rurais sofreram sua influência. As atividades econômicas e culturais aceleraram-se e a zona rural voltou-se para o abastecimento da cidade e para os benefícios trazidos pela corte. Não houve, porém, uma aceleração do desenvolvimento da região, que continuou a manter suas características rurais.

Com a chegada de D. João VI e de toda a nobreza portuguesa em 1808, Santa Cruz recebeu a denominação de Fazenda Real e, depois, Imperial, acolhendo por longas temporadas o rei, os imperadores e todos os seus herdeiros, no prédio do antigo convento jesuítico, já ampliado e transformado em Palácio.

A partir de 1881, o Matadouro de Santa Cruz passou a servir como centro irradiador do desenvolvimento socioeconômico, cultural e político da região que hoje é identificada como Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Na década de 1930, o governo Getúlio Vargas desencadeou grandes empreendimentos em obras de saneamento, visando trazer de volta a salubridade e a consequente valorização das terras, tentando recuperar, assim, o dinamismo econômico da região, a partir da criação das Colônias Agrícolas.

Com o intenso desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, ocorrendo em todas as direções, é criada, em Santa Cruz, a Zona Industrial, provocando igualmente a sua urbanização, a exemplo da construção dos conjuntos habitacionais populares.

### **2.3. Bangu**

A origem do bairro Bangu remonta a meados do século XVII, mais exatamente em 1673, quando o nome "Bangu" foi registrado oficialmente em documentos oficiais de propriedade, como, por exemplo, o da Fazenda Bangu, que foi grande produtora de açúcar e seus derivados. A palavra "Bangu" tem dois significados distintos: um, é o de "anteparo negro, paredão negro" (origem Tupi), o outro, vem do africano banguê, nome dado pelos escravos ao local do engenho onde se guardava o bagaço da cana-de-açúcar.

De início, com atividades econômicas principalmente rurais, a região principiou sua industrialização por meio das atividades têxteis, quando, no ano de 1889, foi fundada a Companhia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica Bangu). A partir da fundação da Fábrica, o espaço rural foi se transformando rapidamente em urbano, contribuindo para um povoamento acelerado, devido à necessidade de operários para a Companhia, sendo também responsável por trazer para a região importantes obras, entre elas, a Estação Ferroviária de Bangu, em 1890, o ramal ferroviário de Santa Cruz, em 1892, a fundação da Paróquia de São Sebastião e Santa Cecília, em 1908, viabilizando, assim, um progressivo processo de urbanização e desenvolvimento.

Sendo uma das regiões que mais cresce na *Zona Oeste*, a região de Bangu conta com uma população estimada em 240.000 habitantes, e setores em pleno desenvolvimento, como o habitacional, comercial, cultural, etc. Não podemos deixar de falar do Calçadão de Bangu, que é o polo do comércio local, e também palco de grandes eventos como o aniversário da XVII região administrativa, que anualmente é realizado com o tradicional corte do bolo de aniversário, que a cada ano aumenta um metro, em referência à idade da Administração Regional.



## **2.4. Realengo**

O território entre a Serra da Pedra Branca e a Serra do Mendanha deve seu nome, segundo a tradição popular, à corruptela do termo "Real Eng<sup>o</sup>" (abreviação de Real Engenho) que vinha afixado sobre as placas no topo dos bondes, e que, com o passar do tempo, tornou-se popularmente conhecido como "Realengo".

Recentemente, pesquisadores defendem a ideia de que a verdadeira origem do nome do bairro deriva de "terras realengas" que quer dizer "terras distantes do rei". Comprovadamente as denominadas Terras Realengas têm sua origem, segundo alguns historiadores, pela Carta Régia de 27 de Junho de 1814, através da qual o príncipe regente concedeu em sesmaria ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro os terrenos situados em Campo Grande, chamados de realengos. A concessão das terras onde hoje é o bairro Realengo, central e periferia, foi destinada apenas para servir de pastagem de gado bovino, fornecendo carne aos talhos (açougues) da cidade. Estas terras foram proibidas de venda ou quaisquer outras formas de alienação, obrigando-se a Câmara a fazer a medição e trazê-las limpas em condições de servir ao fim para que fossem doadas pela mencionada carta régia.

O povoado de Realengo foi delimitado territorialmente pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, através da provisão de 18 de julho de 1814, tomando a Coroa posse das terras testadas pela Estrada de Santa Cruz e com fundos de vinte braças no máximo. Apesar da proibição expressa de arrendamento, vendas ou quaisquer outras formas de alienação, a Câmara, a partir de certa época, valendo-se da carta régia de 27 de junho passou a aforar todos os terrenos concedidos.

O bairro teve seus primeiros povoadores, escravos e emigrantes portugueses da Ilha dos Açores, por ordem do príncipe regente. Ao chegarem, dedicaram-se à agricultura para pastagem levando produtos como açúcar, rapadura, álcool e cachaça, pelo Porto de Guaratiba. Pelas pesquisas, ao contrário das regiões limítrofes, não houve um só engenho em Realengo; tudo era levado para sofrer processo de transformação em outras propriedades.

Durante o Primeiro Reinado, o imperador Dom Pedro I costumava ir para a Fazenda de Santa Cruz pela Estrada Real de Santa Cruz, que passava pelo Real Engenho, onde muitas vezes pernoitou.

No final do século XIX foi inaugurada a Fábrica de Cartuchos de Realengo, e, a partir dos anos 1930, vieram os conjuntos habitacionais do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários), conhecido por "Coletivo", que serviria para os operários da fábrica. A partir da década de 1970 inicia-se a ocupação efetiva da região que perde o aspecto mais rural. São criados diversos conjuntos habitacionais para população de baixa renda, dentre eles destaca-se a Companhia de Habitação, referência ao plano de habitação popular do Banco Nacional de Habitação (BNH). Na historiografia, Realengo está tradicionalmente associado à escola de formação de oficiais que se situa no bairro, a Escola Militar de Realengo que teve papel importante à época do Tenentismo.

Célebre na canção "Aquele Abraço" do cantor Gilberto Gil, o bairro ficou nacionalmente conhecido. Na verdade, mais que uma homenagem ao bairro,

o compositor faz referência velada aos quartéis onde ele e outros artistas, como Caetano Veloso, estiveram presos durante a Ditadura Militar.

### **3. Principais atividades econômicas locais: especialização industrial**

Uma análise dos dados sobre o número de estabelecimentos e empregos formais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) por bairros e regiões selecionados da Zona oeste foi elaborada por atividade econômica e encontra-se nas Tabelas 1.1 e 1.2.10 Pode-se adiantar que as principais constatações são: a predominância das atividades comerciais e de serviços e a especialização relativa na indústria, quando comparada com o MRJ, tanto da ótica dos estabelecimentos, quanto dos empregos. A seguir, um detalhamento da análise.

Quanto aos estabelecimentos da região segundo as atividades econômicas, destaca-se o setor de comércio varejista com 45% dos estabelecimentos. Em seguida, encontram-se os setores de serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção com 14,2%. Finalmente, na terceira posição, registra-se o setor de comércio e administração de imóveis com 8,8%. O principal setor da indústria de transformação em número de estabelecimentos é a indústria de alimentos e bebidas que aparece na nona posição, com apenas 2% do número de estabelecimentos (ver segunda parte, penúltima coluna, da Tabela 1.1).

Em comparação com o MRJ (ver primeira parte, última coluna, da Tabela 1.1), os setores com maior participação relativa são diferentes daqueles com o maior número absoluto de estabelecimentos. Nesse caso, quatro dos cinco principais setores encontram-se na indústria de transformação, em ordem decrescente de importância: minerais não metálicos; alimentos e bebidas; madeira e mobiliário; e metalurgia. Esses setores apresentam participação relativa em relação ao mesmo setor no Município, respectivamente, de 18,6%, 14,9%, 13,4%, 12,6%, o que significa quase o dobro da participação relativa do número de estabelecimentos da região no MRJ (7,2%). Constata-se, assim, uma nítida especialização da região, em termos de estabelecimento e de empregos, na atividade industrial em relação ao MRJ.

No que diz respeito à distribuição dos estabelecimentos por atividade econômica e região administrativa, observa-se que o comércio varejista também é a atividade que ocupa a primeira posição em todas as quatro regiões administrativas pesquisadas. Em segundo lugar, aparece a atividade de serviços de alojamento, alimentação e reparação. A partir daí, aparecem algumas diferenças; a principal delas é a presença do setor de ensino em terceiro lugar na região de Santa Cruz (com 7,8% dos estabelecimentos da região), enquanto nas demais ocupa a quarta ou quinta posição, com participações variando entre 5,3%, em Campo Grande, e 6,8%, em Realengo (ver Tabela 1.1).

<sup>10</sup> O procedimento tornou-se possível graças à abertura das informações da RAIS por bairros, disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 1.1  
Número de estabelecimentos e participação relativa por setor da economia nos bairros selecionados, 2006

	Campo			Santa		Total MRJ (2)	Participação % (1) / (2)
	Bangu	Grande	Realengo	Cruz	Total (1)		
<b>Indústria Extrativa e de Transformação</b>	<b>164</b>	<b>230</b>	<b>121</b>	<b>112</b>	<b>627</b>	<b>6.744</b>	<b>9,3</b>
Indústria de produtos minerais não metálicos	10	22	1	11	44	236	18,6
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	42	56	30	35	163	1.097	14,9
Indústria da madeira e do mobiliário	8	14	5	7	34	254	13,4
Indústria metalúrgica	26	30	23	10	89	708	12,6
Indústria de calçados	1	2	0	0	3	33	9,1
Extrativa mineral	3	5	0	1	9	106	8,5
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	16	22	8	17	63	754	8,4
Indústria do material de transporte	0	3	4	4	11	133	8,3
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	17	37	22	8	84	1.110	7,6
Indústria mecânica	8	10	7	5	30	409	7,3
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	11	7	10	5	33	599	5,5
Indústria do material elétrico e de comunicações	3	3	3	0	9	176	5,1
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	19	19	8	9	55	1.129	4,9
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>168</b>	<b>8,9</b>
<b>Construção civil</b>	<b>50</b>	<b>82</b>	<b>19</b>	<b>50</b>	<b>201</b>	<b>2.745</b>	<b>7,3</b>
<b>Comércio</b>	<b>1.056</b>	<b>1.857</b>	<b>572</b>	<b>617</b>	<b>4.102</b>	<b>37.173</b>	<b>11,0</b>
Comércio varejista	954	1.726	514	598	3.792	32.267	11,8
Comércio atacadista	102	131	58	19	310	4.906	6,3
<b>Serviços</b>	<b>1.022</b>	<b>1.419</b>	<b>465</b>	<b>464</b>	<b>3.370</b>	<b>68.567</b>	<b>4,9</b>
Ensino	133	193	80	98	504	3.110	16,2
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	184	294	46	80	604	8.675	7,0
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	357	479	202	149	1.187	17.556	6,8
Transportes e comunicações	78	82	18	43	221	4.088	5,4
Instituições de crédito, seguros e capitalização	26	52	18	15	111	2.605	4,3
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	244	318	99	78	739	32.230	2,3
Administração pública direta e autárquica	0	1	2	1	4	303	1,3
<b>Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrat. vegetal...</b>	<b>3</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>37</b>	<b>333</b>	<b>11,1</b>
<b>Total</b>	<b>2.298</b>	<b>3.612</b>	<b>1.179</b>	<b>1.263</b>	<b>8.352</b>	<b>115.730</b>	<b>7,2</b>
<b>%</b>							
	Campo			Santa		Total MRJ (%)	Participação (%)
	Bangu	Grande	Realengo	Cruz	Total (%)		
<b>Indústria Extrativa e de Transformação</b>	<b>7,1</b>	<b>6,4</b>	<b>10,3</b>	<b>8,9</b>	<b>7,5</b>	<b>5,8</b>	
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1,8	1,6	2,5	2,8	2,0	0,9	
Indústria metalúrgica	1,1	0,8	2,0	0,8	1,1	0,6	
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	0,7	1,0	1,9	0,6	1,0	1,0	
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	0,7	0,6	0,7	1,3	0,8	0,7	
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	0,8	0,5	0,7	0,7	0,7	1,0	
Indústria de produtos minerais não metálicos	0,4	0,6	0,1	0,9	0,5	0,2	
Indústria da madeira e do mobiliário	0,3	0,4	0,4	0,6	0,4	0,2	
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	0,5	0,2	0,8	0,4	0,4	0,5	
Indústria mecânica	0,3	0,3	0,6	0,4	0,4	0,4	
Indústria do material de transporte	0,0	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1	
Indústria do material elétrico e de comunicações	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	0,2	
Extrativa mineral	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	
Indústria de calçados	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>	<b>0,1</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	
<b>Construção civil</b>	<b>2,2</b>	<b>2,3</b>	<b>1,6</b>	<b>4,0</b>	<b>2,4</b>	<b>2,4</b>	
<b>Comércio</b>	<b>46,0</b>	<b>51,4</b>	<b>48,5</b>	<b>48,9</b>	<b>49,1</b>	<b>32,1</b>	
Comércio varejista	41,5	47,8	43,6	47,3	45,4	27,9	
Comércio atacadista	4,4	3,6	4,9	1,5	3,7	4,2	
<b>Serviços</b>	<b>44,5</b>	<b>39,3</b>	<b>39,4</b>	<b>36,7</b>	<b>40,3</b>	<b>59,2</b>	
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	15,5	13,3	17,1	11,8	14,2	15,2	
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	10,6	8,8	8,4	6,2	8,8	27,8	
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	8,0	8,1	3,9	6,3	7,2	7,5	
Ensino	5,8	5,3	6,8	7,8	6,0	2,7	
Transportes e comunicações	3,4	2,3	1,5	3,4	2,6	3,5	
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1,1	1,4	1,5	1,2	1,3	2,3	
Administração pública direta e autárquica	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,3	
<b>Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrat. vegetal...</b>	<b>0,1</b>	<b>0,5</b>	<b>0,1</b>	<b>1,2</b>	<b>0,4</b>	<b>0,3</b>	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2006.

Em relação à representatividade dos estabelecimentos das regiões administrativas pesquisadas no município, o setor de produtos minerais não metálicos aparece como o mais representativo em três regiões: Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, sendo responsáveis por respectivamente 4,2%, 9,3% e 4,7% dos estabelecimentos do setor no município. Na região administrativa de Bangu o setor de ensino aparece empatado com o de produtos minerais não metálicos em primeiro lugar. O setor de ensino também se encontra bem representado na região de Campo Grande (6,2%) onde aparece em segundo lugar. Apenas na região administrativa de Realengo aparece a indústria metalúrgica como a mais representativa da região em relação ao Município, com 3,2% dos estabelecimentos do setor. Já na região de Santa Cruz, destaca-se a representatividade do setor agrícola e extrativo vegetal que aparece na segunda posição com 4,5% dos estabelecimentos municipais.

O número de empregos da região segundo as atividades econômicas encontra-se na Tabela 1.2. Destaca-se o setor de comércio varejista com 29% dos 113.561 empregos da região. Em seguida, encontram-se os setores de serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção com 11,7% dos empregos e transporte e comunicação com 11,1%, mostrando-se um pouco menos concentrado que a distribuição dos estabelecimentos. O principal setor da indústria de transformação é ainda a indústria de alimentos e bebidas, que aparece apenas na sétima posição geral com 4,7% dos empregos, ou seja, sua participação nos empregos é superior à participação no número de estabelecimentos. Entretanto, a indústria não se destaca entre as atividades econômicas da região que mais geram empregos.

Da mesma forma que no caso das participações relativas dos estabelecimentos, se compararmos a participação relativa do número de empregos da *Zona Oeste* com o MRJ, os setores com maior participação relativa são diferentes daqueles com maior número absoluto de estabelecimentos. Neste caso, os seis principais setores encontram-se na indústria de transformação, em ordem decrescente de participação relativa: metalurgia; minerais não metálicos; madeira e mobiliário; alimentos e bebidas; fumos, couro e peles; e papelão e gráfica. Esses setores possuem participação relativa, respectivamente, de 27,5%, 19,2%, 18,7%, 15,3%, 12,9% e 12,5%, apresentando quase o triplo da participação relativa do número de empregos da região no município (5,8%), ou seja, ainda que a indústria não se destaque por número de empregos gerados na região pesquisada, comparando-a com o MRJ, percebe-se uma especialização relativa da região nas atividades industriais, refletida nos dados. Esse resultado confirma o obtido através da análise comparativa com o MRJ para os estabelecimentos.

O primeiro setor não industrial em ordem de participação relativa do número de empregos no MRJ é o setor de comércio varejista, que aparece em sétimo lugar com 12,2% dos estabelecimentos municipais do setor. Além dos setores industriais já citados, também aparecem acima da média de participação relativa os setores de: mecânica; material de transporte; comércio atacadista; transporte e comunicação; serviços médicos; ensino; e agricultura e extrativismo vegetal. Os setores de mecâni-

*Diagnóstico Socioeconômico do Local*

ca, de material de transportes e as demais atividades industriais evidenciam uma concentração de estabelecimentos industriais nesta região do município.

Tabela 1.2

**Número de empregos e participação relativa por setor da economia nos bairros selecionados, 2006**

	Campo				Total MRJ (2)	Participação % (1) / (2)
	Bangu	Grande	Realengo	Santa Cruz		
<b>Indústria Extrativa e de Transformação</b>	<b>4.904</b>	<b>5.174</b>	<b>2.399</b>	<b>7.361</b>	<b>19.838</b>	<b>11,9</b>
Indústria metalúrgica	139	433	169	2.711	3.452	27,5
Indústria de produtos minerais não metálicos	157	505	25	223	910	4,744
Indústria da madeira e do mobiliário	64	152	143	153	512	2,742
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	3.023	1.531	211	569	5.334	34,796
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	40	367	1.001	54	1.462	11,346
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	344	143	55	1.976	2.518	20,121
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	623	1.159	303	744	2.829	24,444
Indústria mecânica	269	242	53	431	995	10,694
Indústria do material de transporte	0	136	112	318	566	6,719
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	179	450	308	180	1.117	20,253
Indústria do material elétrico e de comunicações	5	30	19	0	54	4,338
Extrativa mineral	61	25	0	2	88	13,318
Indústria de calçados	0	1	0	0	1	571
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>	<b>6</b>	<b>131</b>	<b>6</b>	<b>171</b>	<b>314</b>	<b>31,425</b>
<b>Construção civil</b>	<b>423</b>	<b>1.244</b>	<b>282</b>	<b>442</b>	<b>2.391</b>	<b>72,978</b>
<b>Comércio</b>	<b>8.942</b>	<b>17.514</b>	<b>5.491</b>	<b>4.560</b>	<b>36.507</b>	<b>326,497</b>
Comércio varejista	8.106	15.174	5.097	4.420	32.797	268,394
Comércio atacadista	836	2.340	394	140	3.710	58,103
<b>Serviços</b>	<b>14.355</b>	<b>21.516</b>	<b>9.276</b>	<b>9.257</b>	<b>54.404</b>	<b>1.362,737</b>
Ensino	2.208	5.799	1.919	1.594	11.520	97,165
Transportes e comunicações	4.426	4.171	888	3.130	12.615	135,545
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.598	2.499	932	1.090	6.119	80,573
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r.	4.087	5.585	2.303	1.328	13.303	254,129
Instituições de crédito, seguros e capitalização	351	685	255	282	1.573	58,652
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	1.685	2.475	2.091	597	6.848	316,120
Administração pública direta e autárquica	0	302	888	126	2.426	420,553
<b>Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrat. vegetal...</b>	<b>3</b>	<b>51</b>	<b>1</b>	<b>52</b>	<b>107</b>	<b>1,761</b>
<b>Total</b>	<b>28.633</b>	<b>45.630</b>	<b>17.455</b>	<b>21.843</b>	<b>113.561</b>	<b>1.962,014</b>
	%					
	<b>Bangu</b>	<b>Campo Grande</b>	<b>Realengo</b>	<b>Santa Cruz</b>	<b>Total MRJ</b>	<b>Total MRJ</b>
					<b>(%)</b>	<b>(%)</b>
<b>Indústria Extrativa e de Transformação</b>	<b>17,1</b>	<b>11,3</b>	<b>13,7</b>	<b>33,7</b>	<b>17,5</b>	<b>8,5</b>
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	10,6	3,4	1,2	2,6	4,7	1,8
Indústria metalúrgica	0,5	0,9	1,0	12,4	3,0	0,6
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	2,2	2,5	1,7	3,4	2,5	1,2
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1,2	0,3	0,3	9,0	2,2	1,0
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	0,1	0,8	5,7	0,2	1,3	0,6
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	0,6	1,0	1,8	0,8	1,0	1,0
Indústria mecânica	0,9	0,5	0,3	2,0	0,9	0,5
Indústria de produtos minerais não metálicos	0,5	1,1	0,1	1,0	0,8	0,2
Indústria do material de transporte	0,0	0,3	0,6	1,5	0,5	0,3
Indústria da madeira e do mobiliário	0,2	0,3	0,8	0,7	0,5	0,1
Extrativa mineral	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,7
Indústria do material elétrico e de comunicações	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2
Indústria de calçados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>	<b>0,0</b>	<b>0,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,8</b>	<b>0,3</b>	<b>1,6</b>
<b>Construção civil</b>	<b>1,5</b>	<b>2,7</b>	<b>1,6</b>	<b>2,0</b>	<b>2,1</b>	<b>3,7</b>
<b>Comércio</b>	<b>31,2</b>	<b>38,4</b>	<b>31,5</b>	<b>20,9</b>	<b>32,1</b>	<b>16,6</b>
Comércio varejista	28,3	33,3	29,2	20,2	28,9	13,7
Comércio atacadista	2,9	5,1	2,3	0,6	3,3	3,0
<b>Serviços</b>	<b>50,1</b>	<b>47,2</b>	<b>53,1</b>	<b>42,4</b>	<b>47,9</b>	<b>69,5</b>
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r.	14,3	12,2	13,2	6,1	11,7	13,0
Transportes e comunicações	15,5	9,1	5,1	14,3	11,1	6,9
Ensino	7,7	12,7	11,0	7,3	10,1	5,0
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	5,9	5,4	12,0	2,7	6,0	16,1
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	5,6	5,5	5,3	5,0	5,4	4,1
Administração pública direta e autárquica	0,0	0,7	5,1	5,7	2,1	21,4
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1,2	1,5	1,5	1,3	1,4	3,0
<b>Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrat. vegetal...</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2006

Uma análise da distribuição dos empregos por atividade econômica e por região administrativa permite observar que o setor de comércio varejista é também o principal, variando sua participação relativa entre 20% e 33%, dependendo da região estudada. As demais posições ocupadas pelos setores de atividade econômica variam conforme a região administrativa. O setor de transporte e comunicação aparece em segundo lugar nas regiões de Bangu e Santa Cruz (15,5% e 14,3%, respectivamente), o de ensino aparece em segundo na região de Campo Grande (12,7%) e o de serviços de alojamento, alimentação e reparação em Realengo (13,2%). Destaca-se ainda a indústria metalúrgica e de papel, editorial e gráfica, como o terceiro e o quarto maior empregador da região de Santa Cruz com 12,4% e 9,1% dos empregos dessa região, respectivamente.

Em relação à representatividade das regiões administrativas pesquisadas no Município, não se repete a ordem setorial observada na região como um todo. Apenas na região de Santa Cruz a indústria metalúrgica possui a maior representatividade setorial no município, sendo responsável por 21,6% dos empregos do setor no município; em segundo lugar está o setor de papel, editorial e gráfica com 9,8%. Em Bangu, a maior representatividade está no setor de alimentos e bebidas, com 8,7% dos empregos municipais do setor, seguido pelo setor de serviços de transporte e comunicação e a indústria de produtos de minerais não metálicos, com 3,3% de participação relativa para cada um deles. Em Campo Grande, o setor mais representativo é o de produtos de minerais não metálicos com 10,6%, seguido do setor de ensino com 6% dos empregos municipais. Em Realengo, a maior representatividade está na indústria de borracha, couro e peles, com 8,8%, seguido de madeira e mobiliário, com 5,2%.

### **3.1. Especificidades e especialização da Zona Oeste**

Uma análise dos estabelecimentos e dos empregos da região, em termos comparativos com o MRJ, foi realizada para destacar as especificidades da *Zona oeste*, indicando algumas principais tendências. Entre elas, o número de estabelecimentos e empregos formais representa uma pequena expressão em relação ao MRJ, salvo para a participação relativa importante de alguns setores industriais na atividade econômica local. Como consequência, fica confirmada a especialização da região na atividade industrial, conforme constatado no início da seção. Além disso, existe uma relevância maior dos micros, pequenos e médios estabelecimentos no tecido empresarial, assemelhando-se ao perfil do MRJ. Finalmente, as atividades da *Zona oeste* são menos intensivas em emprego do que as atividades do MRJ. A seguir, maiores detalhes da análise.

A região de estudo tem uma pequena expressão econômica quando comparada ao conjunto das atividades econômicas do MRJ por números de estabelecimentos e empregos formais, conforme Tabelas 1.3 e 1.4. Como já mencionado, a *Zona oeste* representa em termos de estabelecimentos 7,2% e em termos de empregos 5,8%, respectivamente, dos estabelecimentos e empregos do MRJ. Os bairros sede (que dão nome a cada região administrativa) são exatamente aqueles que apresentam o maior número de estabelecimentos e empregos e são os 4 primeiros entre os 17 pesquisados, conforme detalhado abaixo.

Em termos de distribuição de estabelecimentos, a região administrativa que aparece com maior concentração é Campo Grande, com 43,2% dos estabelecimentos da região estudada, seguido pelos bairros de Bangu, com 27,5% dos estabelecimentos, Santa Cruz com 15% e Realengo 14,1%. Já em relação ao MRJ, as participações relativas dos estabelecimentos são de 3,1%, 2%, 1,1% e 1%, respectivamente, somando os 7,2% (ver Tabela 1.3, última coluna). O número de empregos é mais bem distribuído entre os bairros sede do que o número de estabelecimentos, apesar de a ordem dos bairros não se alterar. Campo Grande aparece em primeiro lugar, com 40,2% dos empregos formais, seguido por Bangu, Santa Cruz e Realengo, que apresentam participação de 25%, 19,2% e 15,5%, respectivamente. Em relação ao município, os percentuais são, respectivamente, 2,3%, 1,5%, 1,1% e 0,9% dos empregos formais, somando 5,8% (ver Tabela 1.4, última coluna).

**Tabela 1.3**  
**Número e distribuição dos estabelecimentos por tamanho para os bairros selecionados, 2006**

	<b>Micro (0 a 9)</b>	<b>Pequeno (10 a 49)</b>	<b>Médio (50 a 249)</b>	<b>Grande (&gt; 250)</b>	<b>Total</b>	<b>Total (%)</b>	<b>MRJ (%)</b>
<b>R.A. Bangu</b>	1.786	420	77	15	2.298	27,5	2,0
Bangu	1.343	333	62	12	1.750	21,0	1,5
Padre Miguel	287	60	10	2	359	4,3	0,3
Senador Camará	156	27	5	1	189	2,3	0,2
<b>R.A. Campo Grande</b>	2.773	689	131	19	3.612	43,2	3,1
Campo Grande	2.389	586	116	16	3.107	37,2	2,7
Cosmos	73	21	3	2	99	1,2	0,1
Inhoaiba	90	28	4	0	122	1,5	0,1
Santíssimo	94	25	4	1	124	1,5	0,1
Senador Vasconcelos	127	29	4	0	160	1,9	0,1
<b>R.A. Realengo</b>	906	228	36	9	1.179	14,1	1,0
Campo dos Afonsos	25	7	2	1	35	0,4	0,0
Deodoro	30	15	1	0	46	0,6	0,0
Jardim Sulacap	151	35	4	1	191	2,3	0,2
Magalhaes Bastos	58	14	0	0	72	0,9	0,1
Realengo	624	153	28	7	812	9,7	0,7
Vila Militar	18	4	1	0	23	0,3	0,0
<b>R.A. Santa Cruz</b>	971	243	40	9	1.263	15,1	1,1
Paciência	173	44	6	1	224	2,7	0,2
Santa Cruz	720	185	32	8	945	11,3	0,8
Sepetiba	78	14	2	0	94	1,1	0,1
<b>Total Zona Oeste (1)</b>	<b>6.436</b>	<b>1.580</b>	<b>284</b>	<b>52</b>	<b>8.352</b>	<b>100,0</b>	<b>7,2</b>
<b>Total MRJ (2)</b>	<b>90.745</b>	<b>20.553</b>	<b>3.608</b>	<b>824</b>	<b>115.730</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>
<b>Participação % - (1) / (2)</b>	<b>7,1</b>	<b>7,7</b>	<b>7,9</b>	<b>6,3</b>	<b>7,2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base na RAIS 2006 - \* Utilizou-se a variável emprego para tamanho, conforme intervalos indicados na Tabela 1.3.



O predomínio dos estabelecimentos de micro e pequeno porte é observado nas quatro regiões administrativas, 96% dos 8.352 estabelecimentos da região estudada se enquadram nesse tamanho. Analisando o porte segundo as regiões administrativas, o mesmo percentual é observado em todas elas. Comparando com o MRJ, observa-se que a participação dos grandes estabelecimentos é menor do que a participação dos estabelecimentos em geral, 6,3% contra 7,2%. Isto demonstra que a região apresenta proporcionalmente menos estabelecimentos de maior porte que o restante do Município.

Os principais geradores de empregos na região estudada são os estabelecimentos de médio e grande porte, apesar de representarem apenas 4% do número de estabelecimentos, eles são responsáveis por 25% e 30,5% dos 113.561 empregos da região, respectivamente. A distribuição dos empregos segundo o porte dos estabelecimentos apresenta-se, de maneira semelhante, independente da região administrativa, com exceção da região de Campo Grande onde os pequenos estabelecimentos detêm 30% da força de trabalho formal, frente a 27% dos médios e 24% dos estabelecimentos grandes. Nas demais regiões os médios e grandes estabelecimentos são os principais responsáveis pela geração de empregos.

**Tabela 1.4**  
**Número e distribuição dos empregos segundo tamanho dos estabelecimentos para os bairros selecionados, 2006**

	Micro (0 a 9)	Pequeno (10 a 49)	Médio (50 a 249)	Grande (> 250)	Total	Total (%)	MRJ (%)
<b>R.A. Bangu</b>	<b>5.431</b>	<b>8.095</b>	<b>7.021</b>	<b>8.086</b>	<b>28.633</b>	<b>25,2</b>	<b>1,5</b>
Bangu	4.153	6.421	5.423	7.175	23.172	20,4	1,2
Padre Miguel	777	1191	834	647	3.449	3,0	0,2
Senador Camará	501	483	764	264	2.012	1,8	0,1
<b>R.A. Campo Grande</b>	<b>8.600</b>	<b>13.534</b>	<b>12.490</b>	<b>11.006</b>	<b>45.630</b>	<b>40,2</b>	<b>2,3</b>
Campo Grande	7.437	11.669	11.162	7.189	37.457	33,0	1,9
Cosmos	221	370	197	2.508	3.296	2,9	0,2
Inhoaiba	287	507	322	0	1.116	1,0	0,1
Santíssimo	281	497	366	1.309	2.453	2,2	0,1
Senador Vasconcelos	374	491	443	0	1.308	1,2	0,1
<b>R.A. Realengo</b>	<b>2.800</b>	<b>4.405</b>	<b>4.086</b>	<b>6.164</b>	<b>17.455</b>	<b>15,4</b>	<b>0,9</b>
Campo dos Afonsos	48	95	133	766	1.042	0,9	0,1
Deodoro	118	405	166	0	689	0,6	0,0
Jardim Sulacap	479	629	459	299	1.866	1,6	0,1
Magalhães Bastos	168	271	0	0	439	0,4	0,0
Realengo	1.922	2.907	3.259	5.099	13.187	11,6	0,7
Vila Militar	65	98	69	0	232	0,2	0,0
<b>R.A. Santa Cruz</b>	<b>3.052</b>	<b>4.683</b>	<b>4.793</b>	<b>9.315</b>	<b>21.843</b>	<b>19,2</b>	<b>1,1</b>
Sepetiba	252	288	115	0	655	0,6	0,0
Paciência	521	878	781	528	2.708	2,4	0,1
Santa Cruz	2.279	3.517	3.897	8.787	18.480	16,3	0,9
<b>Total Zona Oeste (1)</b>	<b>19.883</b>	<b>30.717</b>	<b>28.390</b>	<b>34.571</b>	<b>113.561</b>	<b>100,0</b>	<b>5,8</b>
<b>Total Rio de Janeiro (2)</b>	<b>264.104</b>	<b>405.826</b>	<b>356.440</b>	<b>935.644</b>	<b>1.962.014</b>	-	<b>100,0</b>
<b>Participação % = (1) / (2)</b>	<b>7,5</b>	<b>7,6</b>	<b>8,0</b>	<b>3,7</b>	<b>5,8</b>	-	-

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2006.

\* Utilizou-se a variável emprego para tamanho, conforme intervalos indicados na Tabela 1.4.



Comparando os dados com os do MRJ, observa-se que a participação relativa dos empregos gerados nos micros, pequenos e médios estabelecimentos da região pesquisada têm mais ou menos a mesma participação sobre o total do município que os estabelecimentos do mesmo porte sobre o total de estabelecimentos. Isso mostra que os estabelecimentos micro, pequenos e médios da região estudada e do MRJ possuem uma capacidade de geração de empregos semelhantes. Porém, os empregos gerados nos estabelecimentos de grande porte da região pesquisada, ao contrário dos estabelecimentos dos demais portes, apresentam uma participação muito menor: apenas 3,7%, o que significa que os grandes estabelecimentos da região estudada geram, em média, menos empregos que os grandes estabelecimentos do município. Uma hipótese para explicar essa constatação seria de que as principais atividades econômicas da região são pouco intensivas em mão de obra e mais intensivas em capital.

### **3.2. Perfil do emprego na Zona Oeste**

Analisou-se também o perfil dos empregos por qualificação, faixa etária e remuneração, em termos comparativos com o MRJ. Constatou-se que os empregados são mais jovens do que os do MRJ e que o grau de qualificação e a faixa de remuneração são inferiores aos do MRJ. Segue um detalhamento dessas principais tendências em relação ao perfil do emprego.

A qualificação dos empregados da região apresenta um quadro bastante grave, com 41% dos empregados com até o nível fundamental de ensino (oito anos de estudo, hoje considerado o número mínimo exigido pelo mercado de trabalho). Na faixa seguinte, estão os empregados com o ensino médio (completo ou incompleto) onde se encontram 45% dos trabalhadores. Somente 13,5% dos empregados possuem até o nível superior e o número daqueles que têm pós-graduação é irrisório (305 empregados). Na perspectiva de cada uma das regiões estudadas salta aos olhos o melhor perfil de qualificação dos trabalhadores de Realengo. Comparando-se o grau de qualificação dos empregados da região com o dos empregados do MRJ, nota-se que as duas maiores diferenças apresentam-se nos extremos. Enquanto que o percentual de trabalhadores com apenas ensino fundamental é de 34% (7 pontos percentuais abaixo da região estudada), o percentual de trabalhadores com nível superior sobe para 26% (diferença de 12 pontos percentuais). (Ver Tabela 1.5).

A partir da Tabela 1.6 podemos ter um perfil da faixa etária dos trabalhadores da região e de sua comparação com o MRJ. Os trabalhadores da região são mais jovens do que os do MRJ: 18,4% dos empregados na faixa de idade até 24 anos, enquanto que o MRJ apresenta apenas 13,5% dos empregados nesta faixa; na faixa entre 25 e 39 anos encontram-se 48,8% dos trabalhadores; apenas 32% dos empregados na faixa entre 40 a 64 anos e um percentual irrisório na faixa acima de 65 anos (0,5%), contra 44% no MRJ para a faixa entre 25 e 39 anos, 41% no MRJ na faixa entre 40 e 64 anos e 1,3% dos trabalhadores com mais de 65 anos.

Tabela 1.5  
**Número de empregos segundo grau de instrução do empregado, para os bairros selecionados, 2006**

	Fundamental	Médio	Superior	Pós-grad.	Total
<b>R.A. Bangu</b>	<b>12.079</b>	<b>12.350</b>	<b>4.188</b>	<b>16</b>	<b>28.633</b>
Bangu	9.764	10.281	3.115	12	23.172
Padre Miguel	1519	1.270	656	4	3.449
Senador Camará	796	799	417	0	2.012
<b>R.A. Campo Grande</b>	<b>18.291</b>	<b>21.225</b>	<b>6.081</b>	<b>33</b>	<b>45.630</b>
Campo Grande	14.345	18.147	4.935	30	37.457
Cosmos	1280	1.320	695	1	3.296
Inhoaíba	537	494	85	0	1.116
Santíssimo	1.592	633	227	1	2.453
Senador Vasconcelos	537	631	139	1	1.308
<b>R.A. Realengo</b>	<b>7.623</b>	<b>7.536</b>	<b>2.066</b>	<b>230</b>	<b>17.455</b>
Campo dos Afonsos	203	733	106	0	1.042
Deodoro	245	296	148	0	689
Jardim Sulacap	865	894	107	0	1.866
Magalhães Bastos	230	175	34	0	439
Realengo	5.999	5.347	1.612	229	13.187
Vila Militar	81	91	59	1	232
<b>R.A. Santa Cruz</b>	<b>8.475</b>	<b>10.345</b>	<b>2.997</b>	<b>26</b>	<b>21.843</b>
Paciência	1.288	1.190	227	3	2.708
Santa Cruz	6.779	8.963	2.717	21	18.480
Sepetiba	408	192	53	2	655
<b>Total (1)</b>	<b>46.468</b>	<b>51.456</b>	<b>15.332</b>	<b>305</b>	<b>113.561</b>
<b>Total (%)</b>	<b>40,9</b>	<b>45,3</b>	<b>13,5</b>	<b>0,3</b>	<b>100,0</b>
<b>Total MRJ (2)</b>	<b>668.093</b>	<b>776.307</b>	<b>512.709</b>	<b>4.905</b>	<b>1.962.014</b>
<b>Total MRJ (%)</b>	<b>34,1</b>	<b>39,6</b>	<b>26,1</b>	<b>0,2</b>	<b>100,0</b>
<b>Participação % = (1) / (2)</b>	<b>7,0</b>	<b>6,6</b>	<b>3,0</b>	<b>6,2</b>	<b>5,8</b>

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2006.

Tabela 1.6  
Número de empregos segundo faixa etária do empregado nos bairros selecionados, 2006

	até 24 anos	25 a 39 anos	40 a 64 anos	65 ou mais	ignorado	Total
<b>R.A. Bangu</b>	<b>5.259</b>	<b>14.042</b>	<b>9.139</b>	<b>191</b>	<b>2</b>	<b>28.633</b>
Bangu	4.326	11.511	7.194	140	1	23.172
Padre Miguel	588	1.532	1.297	31	1	3.449
Senador Camará	345	999	648	20	0	2.012
<b>R.A. Campo Grande</b>	<b>9.690</b>	<b>22.745</b>	<b>12.991</b>	<b>204</b>	<b>0</b>	<b>45.630</b>
Campo Grande	8.410	18.504	10.379	164	0	37.457
Cosmos	467	1.735	1.080	14	0	3.296
Inhoaiba	232	552	326	6	0	1.116
Santissimo	341	1.301	800	11	0	2.453
Senador Vasconcelos	240	653	406	9	0	1.308
<b>R.A. Realengo</b>	<b>2.407</b>	<b>8.480</b>	<b>6.421</b>	<b>147</b>	<b>0</b>	<b>17.455</b>
Campo dos Afonsos	67	429	538	8	0	1.042
Deodoro	102	309	270	8	0	689
Jardim Sulacap	399	882	572	13	0	1.866
Magalhaes Bastos	88	206	141	4	0	439
Realengo	1.722	6.558	4.795	112	0	13.187
Vila Militar	29	96	105	2	0	232
<b>R.A. Santa Cruz</b>	<b>3.550</b>	<b>10.104</b>	<b>8.121</b>	<b>68</b>	<b>0</b>	<b>21.843</b>
Paciencia	443	1.318	941	6	0	2.708
Santa Cruz	2.982	8.472	6.967	59	0	18.480
Sepetiba	125	314	213	3	0	655
<b>Total (1)</b>	<b>20.906</b>	<b>55.371</b>	<b>36.672</b>	<b>610</b>	<b>2</b>	<b>113.561</b>
<b>Total (%)</b>	<b>18,4</b>	<b>48,8</b>	<b>32,3</b>	<b>0,5</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total MRJ (2)</b>	<b>265.400</b>	<b>868.004</b>	<b>802.582</b>	<b>25.966</b>	<b>62</b>	<b>1.962.014</b>
<b>Total MRJ (%)</b>	<b>13,5</b>	<b>44,2</b>	<b>40,9</b>	<b>1,3</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Participação % = (1) / (2)</b>	<b>7,9</b>	<b>6,4</b>	<b>4,6</b>	<b>2,3</b>	<b>3,2</b>	<b>5,8</b>

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2006.

Tabela 1.7  
**Número de empregos segundo faixa de remuneração do empregado nos bairros selecionados, 2006**

	Até 1s.m.	Até 3 s.m.	de 3 a 5 s.m.	de 5 a 10 s.m.	mais de 10 s.m.	ignorado	Total
<b>R.A. Bangu</b>	920	21.354	3.666	1.746	543	404	28.633
Bangu	665	17.011	3.249	1.544	414	289	23.172
Padre Miguel	211	2.802	244	95	23	74	3.449
Senador Camará	44	1.541	173	107	106	41	2.012
<b>R.A. Campo Grande</b>	1.442	35.776	4.929	2.280	726	477	45.630
Campo Grande	1.227	29.965	3.243	1.948	642	432	37.457
Cosmos	46	1.856	1.079	249	56	10	3.296
Inhoaiba	62	926	76	23	19	10	1.116
Santíssimo	59	1.943	416	27	3	5	2.453
Senador Vasconcelos	48	1.086	115	33	6	20	1.308
<b>R.A. Realengo</b>	501	13.099	1.646	1.348	518	343	17.455
Campo dos Afonsos	6	221	123	439	241	12	1.042
Deodoro	11	520	59	62	30	7	689
Jardim Sulacap	92	1.553	125	62	9	25	1.866
Magalhaes Bastos	19	376	32	9	1	2	439
Realengo	344	10.272	1.285	756	234	296	13.187
Vila Militar	29	157	22	20	3	1	232
<b>R.A. Santa Cruz</b>	700	11.945	3.576	3.527	1.715	380	21.843
Paciencia	81	2.058	413	98	18	40	2.708
Santa Cruz	599	9.289	3.139	3.426	1.697	330	18.480
Sepetiba	20	598	24	3	0	10	655
<b>Total (1)</b>	<b>3.563</b>	<b>82.174</b>	<b>13.817</b>	<b>8.901</b>	<b>3.502</b>	<b>1.604</b>	<b>113.561</b>
<b>Total (%)</b>	<b>3,1</b>	<b>72,4</b>	<b>12,2</b>	<b>7,8</b>	<b>3,1</b>	<b>1,4</b>	<b>100,0</b>
<b>Total MRJ (2)</b>	<b>40.084</b>	<b>1.118.103</b>	<b>330.031</b>	<b>271.505</b>	<b>182.998</b>	<b>19.293</b>	<b>1.962.014</b>
<b>Total MRJ (%)</b>	<b>2,0</b>	<b>57,0</b>	<b>16,8</b>	<b>13,8</b>	<b>9,3</b>	<b>1,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Participação % - (1) / (2)</b>	<b>8,9</b>	<b>7,3</b>	<b>4,2</b>	<b>3,3</b>	<b>1,9</b>	<b>8,3</b>	<b>5,8</b>

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 2006.

Finalmente, a Tabela 1.7 apresenta o perfil de remuneração dos trabalhadores formais em termos de número de salários mínimos. A esmagadora maioria dos trabalhadores da região de estudo ganha entre um e três salários mínimos (72%). Apenas 3% ganham mais de dez salários mínimos. Comparando-se este perfil com o do MRJ, percebe-se que ele é bem pior para a região estudada. No MRJ, 57% dos

trabalhadores estão na faixa de um a três salários mínimos, enquanto que 9% dos trabalhadores ganham mais do que dez salários mínimos.

Em resumo, em relação à qualificação, faixa etária e remuneração dos empregados a região estudada apresenta um perfil mais jovem da população empregada formalmente do que a do MRJ, e perfis de remuneração e qualificação inferiores aos do MRJ.

### **3.3. Retrospectiva das atividades econômicas locais na ótica dos estabelecimentos e empregos: 1998, 2003 e 2006**

A predominância das atividades comerciais e de serviços era ainda mais relevante em 1998, e a especialização relativa da indústria, quando comparada com o MRJ, um pouco menos importante do que em 2006. A seguir apresenta-se uma análise detalhada e comparativa dos mesmos dados da seção anterior retroativamente para os anos 1998 e 2003.

As Tabelas 1.8 a 1.11<sup>11</sup> resumem esta análise. Conforme constatado anteriormente para o ano de 2006, o número de estabelecimentos da região por atividade econômica é também liderado, no período 1998-2006, pelo setor de comércio com 49,1% dos estabelecimentos da região em 2006. Em 1998, a situação era praticamente a mesma: 48,9%. O setor de serviços tinha a mesma segunda posição, em 1998, entre os setores mais relevantes, mas em 2006 aumentou dois pontos percentuais na participação relativa. A indústria ocupou, no período, a terceira posição, apresentando uma evolução negativa entre 1998 e 2006, quando sua participação relativa decaiu de 8,9 para 7,5%. Os demais setores de atividade econômica (serviços industriais, construção civil e agricultura e siveicultura) apresentaram uma participação estável e irrelevante (ver Tabela 1.9).

De maneira geral, observa-se que os pontos de inflexão localizam-se em 1998 e 2006. O ano de 2003 representou um ponto de desempenho muito ruim para a região estudada, assim como para o MRJ e para o estado do Rio de Janeiro. As observações a seguir compararam o ano de 1998 e 2006, procurando focalizar se houve uma melhora ou uma piora entre os dois anos para a região estudada quando comparada com o MRJ.

O principal setor da indústria extrativa e de transformação em 1998, em número de estabelecimentos, era a indústria de alimentos e bebidas, com 2,1% dos estabelecimentos. Apesar de ainda ocupar a liderança em participação em 2006, o setor perdeu 0,1% de posição em relação a 1998. Na sequência de colocação em participação relativa, em 1998, estavam a indústria metalúrgica e de produtos farmacêuticos, em segundo e terceiros lugares, respectivamente. Em 2006, a indústria farmacêutica cedeu o lugar para a indústria têxtil e de vestuário. Apesar da manutenção da posição na participação relativa da indústria, a indústria metalúrgica teve queda de 0,4 pontos percentuais na sua participação.

Em relação à indústria extrativa e de transformação cabe ainda destacar que no período 1998-2003, 7 dos 13 setores tiveram redução do número de

---

<sup>11</sup> O mesmo procedimento de abertura das informações da RAIS por bairros, adotado na seção anterior, foi utilizado.

estabelecimentos, sendo que apenas um teve aumento na participação relativa (indústria mecânica) e quatro mantiveram os mesmos níveis de participação relativa (extrativa mineral, borracha, transporte e têxtil e vestuário). No geral a indústria extrativa e de transformação nesse período teve uma redução de cerca de 80 estabelecimentos, só recuperando-se no período seguinte (2003-2006). Tal desempenho pode ser explicado pelo fato de 2003 ter sido o pior ano de taxa de crescimento no estado do Rio de Janeiro entre 1998 e 2006, segundo o IBGE, quando a taxa de crescimento foi negativa em 1,2% e a taxa média de crescimento do período foi de 2,5 % (Hassenclever e Lopes, 2009).

Conforme seção anterior, os setores com maiores participações relativas, em comparação com o MRJ (ver Tabela 1.8, última coluna), são diferentes daqueles com o maior número absoluto de estabelecimentos no ano de 2006. O que mostra uma especialização relativa da região em estudo na atividade industrial. Em 1998, os setores com maior participação relativa foram: minerais não metálicos (16,5%), alimentos e bebidas (14,1%), metalurgia (11,8%) e calçados (10,9%), ou seja, com exceção deste último todos os demais se encontravam entre os quatro primeiros no ano de 2006. Cabe destacar que a participação da *Zona Oeste* nos estabelecimentos do MRJ vem crescendo entre 1998 e 2006, passando de 6,5% para 7,2%, principalmente impulsionada pelos aumentos de participação relativa dos setores de comércio (1,2 pontos percentuais) e indústria (0,9 pontos percentuais). Aqui se observa um fenômeno interessante: ainda que a indústria da *Zona Oeste* tenha perdido participação relativa no período entre as demais atividades econômicas da região, sua importância em relação aos estabelecimentos do MRJ ampliou-se. O que demonstra que a perda relativa da indústria da *Zona Oeste* no período foi menos relevante do que a perda do município.

A inspeção da distribuição dos estabelecimentos por região administrativa e atividade econômica, aponta que o comércio varejista também é a atividade que ocupa a primeira posição em todas as quatro regiões administrativas pesquisadas. Em segundo lugar aparece a atividade de serviços de alojamento, alimentação e reparação. Posições que não se alteraram entre 1998 e 2006. A partir daí, aparecem algumas diferenças; a principal delas é a presença do setor de ensino em terceiro lugar na região de Santa Cruz (com 7,8% dos estabelecimentos da região) demonstrando uma evolução em relação a 1998 quando ocupava apenas a quinta posição. Nas demais regiões administrativas o setor ocupava em 2006 a quarta ou quinta posição com participações variando entre 5,3%, em Campo Grande, e 6,8%, em Realengo. (ver Tabela 1.9).

Tabela 1.8  
**Número de estabelecimentos e participação relativa por setor da economia no MRJ,  
 1998, 2003 e 2006**

	Bangu			Campo Grande			Realengo			Santa Cruz			Total (1)			Total MRJ (2)			Participação %		
	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006	(1)/(2)	1998	2003
<b>Indústria Extrativa e de Transformação</b>	156	117	164	231	210	230	144	121	121	86	92	112	617	540	627	7.333	6.147	6.744	8,4	8,8	9,3
Extrativa mineral	2	1	3	6	2	5	0	0	0	0	0	0	1	1	1	107	86	106	9,3	4,7	8,5
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	5	5	11	7	8	7	11	8	10	6	3	5	29	24	33	666	510	599	4,4	4,7	5,5
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	22	14	16	27	25	22	9	6	8	16	17	17	74	62	63	859	724	754	8,6	8,6	8,4
Indústria da madeira e do mobiliário	11	9	8	11	10	14	11	7	5	5	8	7	38	34	34	390	284	254	9,7	12,0	13,4
Indústria de calçados	4	1	1	1	0	2	1	0	0	0	0	0	6	1	3	55	36	33	10,9	2,8	9,1
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	56	25	42	42	56	29	18	30	18	13	35	145	98	163	1.030	841	1.097	14,1	11,7	14,9	
Indústria de produtos minerais não metálicos	6	5	10	24	26	22	12	6	1	4	12	11	46	49	44	278	260	236	16,5	18,8	18,6
Indústria do material de transporte	0	0	0	1	3	3	1	1	4	4	5	4	6	9	11	195	138	133	3,1	6,5	8,3
Indústria do material elétrico e de comunicações	1	1	3	7	3	3	6	3	3	3	1	0	17	8	9	240	176	176	7,1	4,5	5,1
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	16	15	19	20	18	19	11	15	8	7	9	9	54	57	55	1.154	1.068	1.129	4,7	5,3	4,9
Indústria mecânica	2	8	8	14	7	10	1	4	7	2	3	5	19	22	30	278	278	409	6,8	7,9	7,3
Indústria metalúrgica	19	13	26	40	33	30	35	33	23	7	10	10	101	89	89	854	715	708	11,8	12,4	12,6
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	12	20	17	31	33	37	17	20	22	12	10	8	72	83	84	1.227	1.031	1.110	5,9	8,1	7,6
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>	1	2	3	7	4	6	1	1	1	4	4	5	13	11	15	146	143	168	8,9	7,7	8,9
<b>Construção civil</b>	47	44	50	79	99	82	42	38	19	29	28	50	197	209	201	3.049	2.919	2.745	6,5	7,2	7,3
<b>Comércio</b>	841	917	1.056	1.452	1.770	1.857	613	657	572	475	621	617	3.381	3.965	4.102	34.462	36.641	37.173	9,8	10,8	11,0
Comércio atacadista	79	86	102	94	110	131	65	63	58	33	24	19	271	283	310	4.908	4.842	4.906	5,5	5,8	6,3
Comércio varejista	762	831	954	1.358	1.660	1.726	548	594	514	442	597	598	3.110	3.682	3.792	29.554	31.799	32.267	10,5	11,6	11,8
<b>Serviços</b>	725	851	1.022	1.130	1.349	1.419	453	556	465	355	440	464	2.663	3.196	3.370	60.731	66.677	68.567	4,4	4,8	4,9
Administração pública direta e autárquica	1	1	0	2	3	1	4	4	2	1	1	1	8	9	4	273	283	303	2,9	3,2	1,3
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	160	209	244	218	318	318	90	118	99	52	84	78	520	729	739	28.062	31.926	32.230	1,9	2,3	2,3
Ensino	85	110	133	135	172	193	74	95	80	50	73	98	344	450	504	2.517	2.868	3.110	13,7	15,7	16,2
Instituições de crédito, seguros e capitalização	17	18	26	40	44	52	13	16	18	12	11	15	82	89	111	2.876	2.541	2.605	2,9	3,5	4,3
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	245	286	357	424	453	479	207	235	202	139	170	149	1.015	1.144	1.187	16.438	17.150	17.556	6,2	6,7	6,8
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	174	173	184	267	296	294	47	61	46	70	69	80	558	599	604	7.452	8.433	8.675	7,5	7,1	7,0
Transportes e comunicações	43	54	78	44	63	82	18	27	18	31	32	43	136	176	221	3.113	3.476	4.088	4,4	5,1	5,4
<b>Agricultura, silvicultura, criação de animais, e extrat vegetal...</b>	2	2	3	20	22	18	0	0	1	14	17	15	36	41	37	319	315	333	11,3	13,0	11,1
<b>Total</b>	1.775	1.933	2.298	2.927	3.454	3.612	1.254	1.373	1.179	965	1.202	1.263	6.921	7.962	8.352	106.229	112.842	115.730	6,5	7,1	7,2

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 1998, 2003 e 2006.

Tabela 1.9

### Número de estabelecimentos e participação relativa por setor da economia nas regiões administrativas selecionadas e no MRJ, 1998, 2003 e 2006 (%)

	Bangu			Campo Grande			Realengo			Santa Cruz			Total (1)			Total MRJ (2)		
	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006
<b>Indústria Extrativa e de Transformação</b>	8,8	6,1	7,1	7,9	6,1	6,4	11,5	8,8	10,3	8,9	7,7	8,9	8,9	6,8	7,5	6,9	5,4	5,8
Extrativa mineral	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares ind. diversas	0,3	0,3	0,5	0,2	0,2	0,2	0,9	0,6	0,8	0,6	0,2	0,4	0,4	0,3	0,4	0,6	0,5	0,5
Ind. de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	1,2	0,7	0,7	0,9	0,7	0,6	0,7	0,4	0,7	1,7	1,4	1,3	1,1	0,8	0,8	0,8	0,6	0,7
Indústria da madeira e do mobiliário	0,6	0,5	0,3	0,4	0,3	0,4	0,9	0,5	0,4	0,5	0,7	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3	0,2
Indústria de calçados	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	3,2	1,3	1,8	1,4	1,2	1,6	2,3	1,3	2,5	1,9	1,1	2,8	2,1	1,2	2,0	1,0	0,7	0,9
Indústria de produtos minerais não metálicos	0,3	0,3	0,4	0,8	0,8	0,6	1,0	0,4	0,1	0,4	1,0	0,9	0,7	0,6	0,5	0,3	0,2	0,2
Indústria do material de transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,4	0,4	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Indústria do material elétrico e de comunicações	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,5	0,2	0,3	0,3	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	0,9	0,8	0,8	0,7	0,5	0,5	0,9	1,1	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	1,1	0,9	1,0
Indústria mecânica	0,1	0,4	0,3	0,5	0,2	0,3	0,1	0,3	0,6	0,2	0,2	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3	0,2	0,4
Indústria metalúrgica	1,1	0,7	1,1	1,4	1,0	0,8	2,8	2,4	2,0	0,7	0,8	0,8	1,5	1,1	1,1	0,8	0,6	0,6
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	0,7	1,0	0,7	1,1	1,0	1,0	1,4	1,5	1,9	1,2	0,8	0,6	1,0	1,0	1,0	1,2	0,9	1,0
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,4	0,3	0,4	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
<b>Construção civil</b>	2,6	2,3	2,2	2,7	2,9	2,3	3,3	2,8	1,6	3,0	2,3	4,0	2,8	2,6	2,4	2,9	2,6	2,4
<b>Comércio</b>	47,4	47,4	46,0	49,6	51,2	51,4	48,9	47,9	48,5	49,2	51,7	48,9	48,9	49,8	49,1	32,4	32,5	32,1
Comércio atacadista	4,5	4,4	4,4	3,2	3,2	3,6	5,2	4,6	4,9	3,4	2,0	1,5	3,9	3,6	3,7	4,6	4,3	4,2
Comércio varejista	42,9	43,0	41,5	46,4	48,1	47,8	43,7	43,3	43,6	45,8	49,7	47,3	44,9	46,2	45,4	27,8	28,2	27,9
<b>Serviços</b>	40,8	44,0	44,5	38,6	39,1	39,3	36,1	40,5	39,4	36,8	36,6	36,7	38,5	40,1	40,3	57,2	59,1	59,2
Administração pública direta e autárquica	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,3	0,3	0,3
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	9,0	10,8	10,6	7,4	9,2	8,8	7,2	8,6	8,4	5,4	7,0	6,2	7,5	9,2	8,8	26,4	28,3	27,8
Ensino	4,8	5,7	5,8	4,6	5,0	5,3	5,9	6,9	6,8	5,2	6,1	7,8	5,0	5,7	6,0	2,4	2,5	2,7
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1,0	0,9	1,1	1,4	1,3	1,4	1,0	1,2	1,5	1,2	0,9	1,2	1,2	1,1	1,3	2,7	2,3	2,3
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	13,8	14,8	15,5	14,5	13,1	13,3	16,5	17,1	17,1	14,4	14,1	11,8	14,7	14,4	14,2	15,5	15,2	15,2
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	9,8	8,9	8,0	9,1	8,6	8,1	3,7	4,4	3,9	7,3	5,7	6,3	8,1	7,5	7,2	7,0	7,5	7,5
Transportes e comunicações	2,4	2,8	3,4	1,5	1,8	2,3	1,4	2,0	1,5	3,2	2,7	3,4	2,0	2,2	2,6	2,9	3,1	3,5
<b>Agricultura, silvicultura, criação de animais e, extrat. vegetal...</b>	0,1	0,1	0,1	0,7	0,6	0,5	0,0	0,0	0,1	1,5	1,4	1,2	0,5	0,5	0,4	0,3	0,3	0,3
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 1998, 2003 e 2006.



Como já adiantado na seção anterior, em relação à representatividade do número de estabelecimentos das regiões administrativas pesquisadas no Município, em 2006, o setor de produtos minerais não metálicos aparece como o mais representativo em três regiões: Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, sendo responsável por, respectivamente, 4,2%, 9,3% e 4,7% do número de estabelecimentos do setor no município. Tomando-se o ano de 1998, percebe-se que o cenário de 2006 era outro. Isso demonstra uma mudança em relação a 1998, quando o setor estava bem longe de ser o mais representativo dessas regiões, salvo na região administrativa de Campo Grande. Entre 1998-2006, a representatividade do setor aumentou nas três regiões.

Na região administrativa de Bangu o setor de ensino aparece empatado com o de produtos minerais não metálicos em primeiro lugar, demonstrando a evolução dos dois setores que em 1998 representavam respectivamente 2,2% e 3,4% dos estabelecimentos do setor no MRJ. Em 2006, essa participação havia subido para 4,2% em cada um dos setores. O setor de ensino também aparece bem representado na região de Campo Grande (6,2%) onde aparece em segundo lugar em 2006. Apenas na região administrativa de Realengo aparece a indústria metalúrgica como a mais representativa da região em relação ao Município, com 3,2% dos estabelecimentos do setor, resultado da queda da representatividade da indústria de minerais não metálicos da região (queda de 4,3% para 0,4% entre 1998-2006). Já na região de Santa Cruz, destaca-se a representatividade do setor agrícola e extrativo vegetal que aparece na segunda posição com 4,5% dos estabelecimentos municipais, perdendo a liderança que detinha em 1998.

Em 1998, o setor de produtos minerais não metálicos aparece como o mais representativo em duas regiões: Campo Grande e Realengo, sendo responsável por, respectivamente, 8,6% e 4,3% dos estabelecimentos do setor no município. Na região administrativa de Bangu destacava-se ainda a indústria de calçados, responsável por 7,3% dos estabelecimentos do setor no município.

A análise dos empregos da região segundo as atividades econômicas, disposta na Tabela 1.10, tanto no ano de 2006, quanto no ano de 1998, indica que o setor de comércio varejista domina com quase 29% dos 113.561 empregos da região em 2006 e 26% dos 87.685 empregos em 1998. Em seguida, encontram-se os setores de serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção com 11,7% dos empregos (9% em 1998), e transporte e comunicação com 11,1% (9,5% em 1998), mostrando-se um pouco menos concentrado que a distribuição dos estabelecimentos. Na variação entre 1998-2006, o setor de atividade econômica que mais avançou no número de empregos foi o comércio (crescimento de quatro pontos percentuais na participação relativa. Em movimento inverso à expansão relativa, destaque para a queda no número de empregos gerados pela administração pública, em 1998 eram 6.489 empregos (7,4% do total) contra 2.426 em 2006 (apenas 2,1% do total). Apesar dessa redução na *Zona Oeste*, o número de empregos gerados pela administração pública no MRJ como um todo cresceu, reduzindo a participação da *Zona Oeste* na administração pública no MRJ de 1,6 para 0,6% no período (ver Tabela 1.11).

O principal setor da indústria extrativa e de transformação é ainda a indústria de alimentos e bebidas, que aparece apenas na sétima posição geral com 4,7% dos empregos (reduzindo em 0,2 pontos percentuais a participação observada em 1998), ou seja, sua participação nos empregos é superior à participação no número de estabelecimentos. Entretanto, em termos absolutos a indústria não se destaca nas atividades econômicas da região em relação à geração de empregos, ficando atrás dos setores de serviços e comércio.

Como no caso das participações relativas dos estabelecimentos, se compararmos a participação relativa do número de empregos da *Zona Oeste* com o MRJ, os setores com maior participação relativa em relação ao MRJ são diferentes daqueles com maior número absoluto de empregos. Neste caso, em 2006, os seis principais setores encontram-se na indústria de transformação, em ordem decrescente de participação relativa: metalurgia; minerais não metálicos; madeira e mobiliário; alimentos e bebidas; borracha, fumo, couro e peles; e papelão e gráfica. Esses setores possuem participação relativa, respectivamente, de 27,5%, 19,2%, 18,7%, 15,3%, 12,9% e 12,5%, apresentando quase o triplo da participação relativa do número de empregos da região no município (5,8%), ou seja, ainda que a indústria não se destaque por número de empregos gerados na região pesquisada, comparando-a com o MRJ, percebe-se uma especialização relativa da região nas atividades industriais, refletida agora nos dados de emprego.

Em 2006, o primeiro setor não industrial em ordem de participação relativa do número de empregos no MRJ, para o ano de 2006, era o setor de comércio que aparece em sétimo lugar com 11,2% dos empregos municipais do setor. Além dos setores já citados, também aparecem acima da média de participação relativa (5,8%) os setores de: mecânica; material de transporte; transporte e comunicação; serviços médicos; ensino; e agricultura e extrativismo vegetal. Estes e as demais atividades, citadas no parágrafo anterior, comprovam claramente uma concentração de empregos industriais desta região no município.

Em 1998, cinco dos seis principais setores encontravam-se na indústria de transformação, havendo destaque também para o comércio varejista que se encontrava na quarta posição. Em ordem decrescente de participação relativa: borracha, fumo, couro e peles (27,6%); alimentos e bebidas (14,7%); minerais não metálicos (13,5%); comércio varejista (10,7%); e por fim, extrativismo mineral empatado com metalurgia (10,3% cada). Se compararmos com 2006, observa-se uma completa mudança na ordenação dos setores industriais em ordem de importância, com a indústria metalúrgica assumindo a liderança (27,5%), acompanhada pelos setores de minerais não metálicos (19,2%) e madeira e mobiliário (18,7%).

Entre 1998 e 2006 a participação da *Zona Oeste* nos empregos do MRJ passou de 5,0% para 5,8%, com destaque para o aumento da indústria e do comércio que foram superiores aos observados no MRJ permitindo o aumento na participação relativa.

**Tabela 1.10**  
**Número de empregos e participação relativa por setor da economia no MRJ, 1998, 1998, 2003 e 2006**

	Bangu		Campo Grande		Realengo		Santa Cruz		Total (1)		Total MRJ (2)		(1)/(2)						
	1998	2003	1998	2003	1998	2003	1998	2003	1998	2003	1998	2003	1998	2003					
<b>Indústria Extrativa e de Transformação</b>	1.598	1.945	4.904	9.001	8.442	5.174	2.550	1.935	2.399	4.559	6.825	7.361	160.096	143.963	166.616	10,5	13,3	11,9	
Extrativa mineral	129	37	61	75	29	25	0	0	0	213	68	88	2.058	2.568	13.318	10,3	2,6	0,7	
Ind. de borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	28	35	40	2.378	2.110	367	1.264	936	1.001	36	17	54	3.706	3.088	1.482	13,459	10,708	11,346	
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	307	447	623	988	941	1.359	229	198	303	844	733	744	2.388	2.319	2.629	32,374	28,771	24,444	
Indústria da madeira e do mobiliário	113	40	64	89	87	152	70	27	143	151	121	153	4.214	2.481	2.742	10,0	11,1	18,7	
Indústria de calçados	28	7	0	4	0	1	1	0	0	0	0	0	410	503	571	8,0	1,4	0,2	
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	412	360	3.023	2.984	3.732	1.531	233	163	211	679	801	569	4.308	5.056	5.334	29,226	28,438	34,796	
Indústria de produtos minerais não metálicos	30	35	157	353	231	505	59	16	25	285	324	223	767	606	910	5,687	5,055	4,744	
Indústria do material de transporte	0	0	0	55	27	136	2	13	112	227	353	318	284	423	566	3,323	3,765	6,719	
Indústria do material elétrico e de comunicações	5	0	5	29	13	30	48	17	19	154	6	0	236	36	54	8,142	5,288	4,338	
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	363	525	344	209	76	143	104	89	55	1.686	1.755	1.976	2.352	2.445	2.518	24,944	18,606	20,121	
Indústria mecânica	31	44	269	673	188	242	17	114	53	30	6	431	751	352	985	8,794	8,215	10,694	
Indústria metalúrgica	101	134	139	791	562	433	339	177	169	245	253	2.711	1.476	3.426	3.452	14,308	11,376	12,530	
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	51	281	179	373	446	450	144	185	308	213	124	180	781	1.036	1.117	22,177	18,189	20,253	
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>	<b>80</b>	<b>22</b>	<b>6</b>	<b>342</b>	<b>90</b>	<b>131</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>711</b>	<b>293</b>	<b>171</b>	<b>1.139</b>	<b>408</b>	<b>314</b>	<b>35,250</b>	<b>27,504</b>	<b>31,425</b>	
<b>Construção civil</b>	<b>812</b>	<b>388</b>	<b>423</b>	<b>1.637</b>	<b>1.405</b>	<b>1.244</b>	<b>782</b>	<b>537</b>	<b>282</b>	<b>528</b>	<b>622</b>	<b>442</b>	<b>3.759</b>	<b>2.952</b>	<b>2.391</b>	<b>70,325</b>	<b>53,672</b>	<b>72,978</b>	
<b>Comércio</b>	<b>6.040</b>	<b>7.061</b>	<b>8.942</b>	<b>10.789</b>	<b>15.042</b>	<b>17.914</b>	<b>4.994</b>	<b>4.256</b>	<b>5.491</b>	<b>2.653</b>	<b>3.528</b>	<b>4.560</b>	<b>24.676</b>	<b>29.907</b>	<b>36.307</b>	<b>236,295</b>	<b>289,300</b>	<b>326,497</b>	
Comércio atacadista	680	691	836	632	1.625	2.340	329	442	394	159	172	140	1.770	2.930	3.710	45,167	49,391	59,103	
Comércio varejista	5.360	6.390	8.106	10.157	13.417	15.174	4.665	3.814	5.097	2.694	3.356	4.420	22.906	26.977	32.797	213,128	239,909	268,394	
<b>Serviços</b>	<b>8.300</b>	<b>10.384</b>	<b>14.355</b>	<b>16.784</b>	<b>21.215</b>	<b>21.516</b>	<b>8.480</b>	<b>10.305</b>	<b>9.276</b>	<b>6.687</b>	<b>7.311</b>	<b>9.257</b>	<b>40.251</b>	<b>49.215</b>	<b>54.404</b>	<b>1.222.204</b>	<b>1.529.810</b>	<b>1.362.737</b>	
Administração pública direta e autárquica	17	1	0	759	618	302	3.290	2.448	888	2.423	1.793	1.236	6.489	4.860	4.428	405,904	391,469	420,553	
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	751	1.661	1.685	2.414	3.243	2.475	868	802	2.091	278	732	597	4.311	6.438	6.648	232,165	282,233	316,120	
Ensino	1.274	2.034	2.208	3.294	4.531	5.799	1.890	2.069	1.919	663	1.318	1.594	7.101	9.952	11.520	79,315	86,851	97,165	
Instituições de crédito, seguros e capitalização	310	306	351	493	685	665	229	271	255	182	198	282	1.214	1.460	1.713	65,391	64,827	68,652	
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, recreação...	1.684	2.467	4.087	3.485	5.027	5.565	1.467	2.275	2.303	1.249	1.763	1.328	7.885	11.532	13.303	217,556	227,243	254,129	
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.723	1.500	1.596	1.813	1.722	2.489	552	1.069	932	826	554	1.090	4.914	4.845	6.119	60,192	73,663	80,573	
Transportes e comunicações	2.541	2.415	4.426	4.546	5.389	4.171	174	1.371	888	1.076	953	3.130	8.337	10.128	12.615	141,681	126,794	135,545	
<b>Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrat. vegetal...</b>	<b>35</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>60</b>	<b>79</b>	<b>51</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>57</b>	<b>50</b>	<b>52</b>	<b>152</b>	<b>135</b>	<b>107</b>	<b>1.768</b>	<b>1.909</b>	<b>1.761</b>	
<b>Total</b>	<b>16.865</b>	<b>19.826</b>	<b>28.633</b>	<b>36.613</b>	<b>46.273</b>	<b>45.630</b>	<b>18.812</b>	<b>17.036</b>	<b>17.455</b>	<b>15.395</b>	<b>18.629</b>	<b>21.843</b>	<b>87.685</b>	<b>101.764</b>	<b>113.367</b>	<b>1.757.366</b>	<b>1.769.198</b>	<b>1.962.014</b>	

**Fonte : Elaboração própria com base na RAIS 1998, 2003 e 2006.**

Tabela 1.11

### Número de empregos e participação relativa por setor da economia nas regiões administrativas selecionadas e no MRJ, 1998, 2003 e 2006 (%)

	Bangu			Campos Grande			Realengo			Santa Cruz			Total (1)			Total MRJ (2)		
	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006	1998	2003	2006
<b>Indústria Extrativa e de Transformação</b>	9,5	9,8	17,1	23,3	18,2	11,3	15,2	11,4	13,7	29,6	36,6	33,7	20,2	18,8	17,5	9,6	8,1	8,5
Extrativa mineral	0,8	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	1,8
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, sintilares, ind. diversas	0,2	0,2	0,1	6,2	4,6	0,8	7,5	5,5	1,7	0,2	0,1	0,2	4,2	3,0	1,3	0,8	0,6	0,6
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	1,8	2,3	2,2	2,6	2,0	2,5	1,4	1,2	1,7	5,5	3,9	3,4	2,7	2,3	2,5	1,8	1,6	1,2
Indústria da madeira e do mobiliário	0,7	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,2	0,8	1,0	0,6	0,7	0,5	0,3	0,5	0,2	0,1	1,0
Indústria de calçados	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2,4	1,8	10,6	7,7	8,1	3,4	1,4	1,0	1,2	4,4	4,3	2,6	4,9	5,0	4,7	1,7	1,6	1,0
Indústria de produtos minerais não metálicos	0,2	0,2	0,5	0,9	0,5	1,1	0,6	0,1	0,1	1,9	1,7	1,0	0,9	0,6	0,8	0,3	0,3	0,5
Indústria do material de transporte	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	0,6	1,5	2,1	1,5	0,3	0,4	0,5	0,2	0,2	0,2
Indústria do material elétrico e de comunicações	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,3	0,1	0,1	1,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,5	0,3	0,3
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	2,2	2,6	1,2	0,5	0,2	0,3	0,6	0,5	0,3	11,0	9,4	9,0	2,7	2,4	2,2	1,4	1,1	0,1
Indústria mecânica	0,2	0,2	0,9	1,7	0,4	0,5	0,1	0,7	0,3	0,2	0,0	2,0	0,9	0,3	0,9	0,5	0,5	0,7
Indústria metalúrgica	0,6	0,7	0,5	2,0	1,2	0,9	2,0	1,0	1,0	1,6	1,3	1,2	1,7	3,4	3,0	0,8	0,6	0,2
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	0,3	1,4	0,6	1,0	1,0	1,0	0,9	1,1	1,8	1,4	0,7	0,8	0,9	1,0	1,0	1,3	1,0	0,0
<b>Serviços Industriais de utilidade pública</b>	0,5	0,1	0,0	0,9	0,2	0,3	0,0	0,0	0,0	4,6	1,6	0,8	1,3	0,4	0,3	2,0	1,6	1,6
<b>Construção civil</b>	4,8	2,0	1,5	4,2	3,0	2,7	4,7	3,2	1,6	3,4	3,3	2,0	4,3	2,9	2,1	4,0	3,0	3,7
<b>Comércio</b>	35,8	35,7	31,2	27,9	32,5	38,4	29,7	25,0	31,5	18,5	18,9	20,9	28,1	29,4	32,1	14,7	16,4	16,6
Comércio atacadista	3,9	3,5	2,9	1,6	3,5	5,1	2,0	2,6	2,3	1,0	0,9	0,6	2,0	2,9	3,3	2,6	2,8	13,7
Comércio varejista	32,0	32,2	28,3	26,3	29,0	33,3	27,7	22,4	29,2	17,5	18,0	20,2	26,1	26,5	28,9	12,1	13,6	3,0
<b>Serviços</b>	49,2	52,4	50,1	43,5	45,8	47,2	50,4	60,5	53,1	43,4	39,2	42,4	45,9	48,4	47,9	69,5	70,8	69,5
Administração pública direta e autárquica	0,1	0,0	0,0	2,0	1,3	0,7	19,6	14,4	5,1	15,7	9,6	5,7	7,4	4,8	2,1	23,1	22,1	13,0
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico.	4,5	8,4	5,9	6,3	7,0	5,4	5,2	4,7	12,0	1,8	3,9	2,7	4,9	6,3	6,0	13,2	16,0	6,9
Ensino	7,6	10,3	7,7	8,5	9,8	12,7	11,2	12,1	11,0	4,2	7,1	7,3	8,1	9,8	10,1	4,5	4,9	5,0
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1,8	1,5	1,2	1,3	1,5	1,5	1,4	1,6	1,5	1,2	1,1	1,3	1,4	1,4	1,4	3,7	3,7	16,1
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação,	10,0	12,4	14,3	9,0	10,9	12,2	8,8	13,4	13,2	8,1	9,5	6,1	9,0	11,3	11,7	12,4	12,8	4,1
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	10,2	7,6	5,6	4,7	3,7	5,5	3,3	6,3	5,3	5,4	3,0	5,0	5,6	4,8	5,4	4,6	4,2	21,4
Transportes e comunicações	15,1	12,2	15,5	11,8	11,6	9,1	1,0	8,0	5,1	7,0	5,1	14,3	9,5	10,0	11,1	8,1	7,2	3,0
<b>Agricultura, silvicultura, criação de animais, e extrat. vegetal...</b>	0,2	0,0	0,0	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,4	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS 1998, 2003 e 2006.